



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República em Pernambuco

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 90002/2026

CONTRATANTE (UASG)

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO – PRPE (200090)

OBJETO

Contratação de empresa especializada para serviço de outsourcing, instalação, locação, manutenção, suporte técnico e desinstalação de nobreaks para as unidades de 1ª instância do Ministério Público Federal (MPF) em Pernambuco.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

DATA: 16/01/2026 às 14h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

PARTICIPAÇÃO:

AMPLA CONCORRÊNCIA

LINK PARA CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

<https://www.gov.br/compras/pt-br/>

APP STORE:



GOOGLE PLAY:



Pregão eletrônico MPF/PRPE nº 90002/2026
(PGEA - 1.26.000.001571/2025-66)

A **UNIÃO**, por intermédio da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO – PRPE (UASG: 200090)**, órgão do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, aqui representada pelo seu pregoeiro e sua equipe de apoio, instituído pela Portaria MPF/PRPE/C. Adm. nº 294, de 04 de setembro de 2023, do Exmo. Sr. Chefe Administrativo da PRPE, comunica aos interessados que fará realizar licitação do tipo **MENOR PREÇO**, sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com ampla concorrência, nos termos do procedimento nº 1.26.000.001571/2025-66 e em observância à Lei nº 14.133/2021, à Lei Complementar nº 123/2006, aos Decretos nºs 8.538/2015, 10.818/2021 e demais normas pertinentes.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: 16 / 01 / 2026

HORÁRIO: **14h00** (quatorze horas) - horário de Brasília/DF

ENDEREÇO ELETRÔNICO DA PRPE: www.prpe.mpf.mp.br

CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) DA SLDE/PRPE: prpe-cpl@mpf.mp.br

I - DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de outsourcing, instalação, locação, manutenção, suporte técnico e desinstalação de nobreaks para as unidades de 1ª instância do Ministério Público Federal (MPF) em Pernambuco, conforme especificações (**ANEXO A**) e consoante as demais condições estatuídas neste edital e seus anexos.

1.2 - São partes integrantes deste edital:

- | | |
|----------------------|--|
| - ANEXO A | - Termo de Referência e valores máximos admissíveis |
| - ANEXO A-I | - Levantamento de cargas |
| - ANEXO A-II | - Relatório fotográfico |
| - ANEXO A-III | - Projeto elétrico |
| - ANEXO A-IV | - Caderno de Especificações e Encargos |
| - ANEXO A-V | - Planilha de Formação de Preços |
| - ANEXO A-VI | - Cronograma de execução (editável) |
| - ANEXO B | - Modelo de declaração de Regularidade – Resolução CNMP n.º 37/2009 |
| - ANEXO C | - Modelo de declaração de Sustentabilidade Ambiental |
| - ANEXO D | - Modelo de declaração de inexistência de Trabalho Escravo, Não Exploração de Trabalho Infante-juvenil e Não Discriminação |
| - ANEXO E | - Modelo de Declaração Por Não Ultrapassar a Receita Bruta Máxima Admitida para Enquadramento como EPP, no exercício, em contratos firmados com a Administração Pública. |
| - ANEXO F | - Modelo de declaração de conhecimento das condições do local |
| - ANEXO G | - Minuta de Contrato |

1.3 – Em caso de divergência existente entre a especificação contida no Termo de Referência e a especificação do objeto no Compras.Gov (CATMAT), sempre prevalecerá a primeira.

II - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 - A participação se dará mediante Sistema de Pregão Eletrônico integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

2.1.1 – A licitação será divulgada no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender;

2.1.2 - O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br;

2.1.3 - O licitante é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Pregão Eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema ou a este órgão a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2 - Para participar da licitação, o licitante deverá ainda se **CREDENCIAR** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2.1 - O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

2.2.2 - Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da empresa ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.3 - Poderão participar da licitação as empresas que:

2.3.1 - estiverem devidamente **CADASTRADAS** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras);

2.3.2 - que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado (Acórdão 503/2021 – Plenário);

2.3.3 - manifestarem pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente edital, em campo próprio do sistema eletrônico, bem como que a proposta esteja em conformidade com o exigido no instrumento convocatório;

2.3.3.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública;

2.3.4 - responsabilizarem-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3.5 - responsabilizarem-se em conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.5.1 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.3.6 - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

2.3.7 – As microempresas e as empresas de pequeno porte que desejarem participar do certame com os benefícios da Lei Complementar nº 123/06 deverão manifestar sua intenção em campo próprio do sistema eletrônico.

2.3.7.1 - O próprio sistema disponibilizará a licitante a opção de declarar-se como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada (cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei 11.488/07 e pessoa física ou empresário individual enquadrados nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06). A não manifestação de enquadramento, quando indagado pelo sistema eletrônico, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei supramencionada.

2.3.7.2 - A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte ou equiparada que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante fornecer Declaração de observância desta condição junto a sua proposta (**ANEXO E**).

2.4 - Não será admitida a participação de empresas:

2.4.1 - que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.4.2 - sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.4.3 - empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.4.4 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.4.4.1 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.4.5 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.4.6 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.4.6.1 - Este impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.4.6.1.1 - Caso conste, na consulta ao SICAF do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a administração diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

2.4.6.1.2 - A tentativa de burla ao certame será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

2.4.6.1.3 - O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

2.4.6.2 - Será, também, realizada verificação de existência de registros impeditivos no Cadastro Nacional de empresas inidôneas e suspensas – CEIS da Controladoria Geral da União, no Cadastro de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União e no Cadastro Nacional de condenações cíveis por improbidade administrativa do Conselho Nacional de Justiça, conforme determinação do item 9.5.1.5 do Acórdão TCU nº 1793/2011-Plenário;

2.4.6.3 - A consulta aos cadastros poderá ser realizada em nome da empresa licitante e também de seu(s) sócio(s) majoritário(s), por força do artigo 12, da Lei nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

2.4.7 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe

função no setor de licitações e contratações diretas ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.4.8 – empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.4.9 – pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.4.10 – organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão TCU nº 746/2014 – Plenário);

2.4.11 – empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.4.12 - pessoas jurídicas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, considerando o objeto da presente contratação não ser de alta complexidade e de alto vulto (Acórdão TCU nº 2.831/2012 – Plenário);

2.4.13 - empresas prestadoras de serviços das quais membro ou servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público Federal, ou ainda seu cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, sejam sócios, gerentes ou diretores, conforme dispõe o art.3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, conforme declarado nos termos constantes do modelo anexo a este edital;

2.5 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.5.1 - Esta vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.6 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **subitens 2.4.4 e 2.4.5** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.7 - O disposto nos **subitens 2.4.4 e 2.4.5** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

III – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2.1 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 - está ciente em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concorda com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

3.3.2 - sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas

infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;

3.3.3 - atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;

3.3.4 - inexistente impedimento à sua habilitação e comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

3.3.5 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.3.6 - está ciente em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

3.3.7 - cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

3.3.8 - não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.9 - cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

3.4 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5 - O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferências indicadas no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

3.6 - A empresa enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1 - Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.6.1.1 - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.6.1.2 - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.6.1.3 - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.6.1.4 - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.6.1.5 - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de **3.6.1.6** - que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.6.1 - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

3.6.1.7 - que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.6.1.8 - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

3.6.1.9 - resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

3.6.1.10 - constituída sob a forma de sociedade por ações;

3.6.1.11 - cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.7 - A falsidade da declaração de que trata os **subitens 3.3 a 3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.9 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após a fase de lances.

3.10 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1 - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

3.11.2 - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima;

3.11.3 - sem prejuízo do disposto, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Edital;

3.11.4 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.4.1 - valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.4.2 - percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11.5 - o valor mínimo ou o percentual de desconto máximo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão contratante, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos licitantes.

3.12 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.14 - Os documentos de habilitação somente serão exigidos do licitante que tiver a sua proposta aceita na ordem de classificação, quando solicitado, por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 2 (duas) horas**.

IV – DA PROPOSTA

4.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, **conforme item 3.2**, observando o seguinte:

4.1.1 - Em nenhuma hipótese, será recebida/cadastrada proposta fora do prazo estabelecido;

4.1.2 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

4.1.3 - Para formular a proposta, que ocorrerá, exclusivamente, pelo sistema eletrônico, a empresa deverá preencher os campos próprios do sistema, sem identificação da empresa, sob pena de desclassificação.

4.2 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.3 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.5 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.6 - O arquivo de proposta, a ser encaminhada, por meio do recurso de remessa de arquivos do Sistema Eletrônico, após a fase de lances deverá conter:

4.6.1 - a **especificação do objeto**, nos termos do **subitem 8.1 do ANEXO A** deste Edital;

4.6.2 - o **valor global da proposta em moeda corrente**, formado pelo somatório do custo total de todos os serviços, adicionado de BDI;

4.6.3 - o **prazo de validade da proposta**, que não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo considerada a data de realização da sessão.

4.6.4 - os **dados do representante legal** da empresa (nome completo, cargo ou função, número de identidade, número do CPF/MF, endereço, telefone e e-mail);

4.6.5 - os **dados bancários** do fornecedor (banco, agência e número da conta corrente).

4.7 - O fornecedor deverá apresentar, junto com a proposta, documentos comprobatórios, quando solicitados, sempre que necessário para retirar dúvidas quanto a qualidade do produto e adequação aos critérios solicitados na descrição do objeto.

4.8 - Além das declarações previstas no **subitem 3.3**, o licitante deverá apresentar ainda, por ocasião do envio do arquivo de proposta:

4.8.1 - **Declaração de Regularidade**, nos termos do **Anexo B** deste Edital e do art. 3º da Resolução/CNMP nº 37/2009;

4.8.2 - **Declaração de Sustentabilidade Ambiental**, conforme Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, expedida pelo representante legal do licitante, nos moldes do **ANEXO C** deste Edital.

4.8.3 - **Declaração de Inexistência de Trabalho Escravo, Não Exploração de Trabalho Infantojuvenil e Não Discriminação**, nos moldes do **ANEXO D** deste Edital, conforme o Guia de Contratações Sustentáveis do MPF.

4.8.4 - As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar **Declaração Por Não Ultrapassar a Receita Bruta Máxima Admitida para Enquadramento como EPP, no exercício, em contratos firmados com a Administração Pública, ANEXO E** deste Edital, nos termos do §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

4.8.5 - **Declaração de pleno conhecimento das condições do local** de execução dos serviços, **ANEXO F** deste Edital.

4.9 - A PR/PE reserva-se no direito de verificar a autenticidade dos produtos adquiridos e, em eventual caso de apresentação de produto não autêntico, proceder-se-á à denúncia junto ao respectivo fabricante, sem prejuízo das sanções legais decorrentes;

4.10 - Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão tidos como inclusos nos preços e, dessa forma, não serão deferidos pleitos referentes a quaisquer acréscimos, a estes ou a qualquer título.

V – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1 - Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.7.1 - O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários".

5.8 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento), conforme Termo de Referência.**

5.9 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecúvel.

5.10 - O modelo de disputa adotado neste certame será "**aberto e fechado**", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.11 - Considerando as regras do modo de disputa "aberto e fechado", constante na IN SEGES nº 73/2022 o procedimento é o seguinte:

5.11.1 - A etapa de lances da sessão pública terá **duração inicial de 15 (quinze minutos)**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de **até 10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2 - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que **o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento)** superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em **até 5 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3 - Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da

Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

5.11.4 - No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.5 - Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.6 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17 - Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.17.1 - Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

5.17.2 - Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

5.18 - Havendo itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.18.1 - Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

5.18.2 - O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

5.18.3 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.4 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.5 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na

ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.6 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18.7 - A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.19 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1 - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2 - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3 - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4 - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.1.2.1 - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2 - empresas brasileiras;

5.19.2.3 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4 - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.19.3 - Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

VI – DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 – O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL, porém respeitando os máximos valores unitários admissíveis que constam no ANEXO A**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

6.2 – Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Nº 14.133/2021, legislação correlata e no **subitem 2.4** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.2.1 – SICAF;

6.2.2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

6.2.3 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

6.2.4 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.2.5 - Cadastro de responsáveis inidôneos mantido pelo Tribunal de Contas da União (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO>).

6.2.6 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.3 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

6.3.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2 - O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto no **subitem 6.9**, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido neste edital.

6.5 - O pregoeiro deverá convocar o licitante que tenha apresentado o melhor preço a negociar para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.5.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração ou pelo não atendimento as especificações do edital.

6.5.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.6 - O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Caso haja impossibilidade de remetê-la por meio do sistema ou dentro do prazo definido, conceder-se-á, mediante solicitação imediata do licitante, a opção de envio por meio do e-mail da CPL/PRPE (prpe-cpl@mpf.mp.br), ou prazo maior, conforme o caso, sob pena de desclassificação, a critério da administração.

6.6.1 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, nas seguintes situações:

6.6.1.1 - por solicitação do licitante, no chat do sistema, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro;

6.6.1.2 - de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de sua conformidade.

6.6.2 - Os valores propostos deverão conter, no máximo, **dois algarismos após a vírgula**.

6.6.3 - A proposta adequada/atualizada deverá ser enviada no sistema, juntamente com documentos complementares listados no **subitem 4.7 e 4.8**.

6.7 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício aplicado, em conformidade com os **subitens 2.3.7, 3.5 e 3.6** deste edital.

6.7.1 - Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.8 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1 - conter vícios insanáveis;

6.8.2 - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3 - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5 - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecução das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.9.1 - A inexecução, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.9.1.1 - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.9.1.2 - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9.2 - Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10 - O pregoeiro poderá comunicar a todos, mediante *chat*, o estabelecimento de um tempo razoável para aguardar resposta quando da convocação para o diálogo, inclusive, quanto à solicitação da proposta ajustada, após a fase de lances, antes da abertura do prazo, constante no **subitem 6.6**. A empresa que não manifestar presença, ou seja, não acompanhar as operações no sistema eletrônico ou não atender às convocações do pregoeiro durante o processo licitatório, será desclassificada, inclusive no caso de vir a ser a próxima convocada para as fases de aceitação de proposta e de habilitação.

6.11 - Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

6.12 - O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta sessão, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

6.13 - Finalizada a etapa de julgamento da proposta, será iniciado o procedimento de habilitação.

VII – DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO

7.1 – Habilitação jurídica (constante no nível II do SICAF)

7.1.1 – Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.2 – Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.3 – Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.1.4 – Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.5 – Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.1.6 – Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16/2009, cuja aceitação ficará condicionada

à verificação da autenticidade no sítio
<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.1.7 – Sociedade cooperativa:

- a) ata da fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos constituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da disputa (IN nº 05/2017, ANEXO VII A, subitem 10.5).

7.1.8 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2 - Habilitação fiscal, social e trabalhista (constante no nível III e IV do SICAF):

7.2.1 - prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), vigente na data prevista para abertura da licitação;

7.2.2 - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.3 - prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal relacionada à arrecadação tributária referente ao objeto, por meio de certidões negativas, ou equivalentes, na forma da lei;

7.2.4 - prova de regularidade relativa à Seguridade Social - CND e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, que demonstre situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

7.2.5 - prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

7.2.6 - Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, na forma prevista no modelo "A", anexo ao Decreto n.º 4.358/02, **em campo próprio do Sistema Eletrônico**, sob as penas da lei, de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (Lei n.º 9.854/99).

7.2.7 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.3 – Documentos relativos à qualificação econômica:

7.3.1 – Balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício do 2 (dois) últimos exercícios sociais (art. 69, I, Lei 14.133), já exigíveis e apresentados na forma da lei.

7.3.1.1 - Os balanços patrimoniais deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado.

7.3.1.2 - É vedada a substituição do Balanço Patrimonial por balancetes ou balanços provisórios.

7.3.1.3 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, devidamente registrado.

7.3.1.3.1 - Além do balanço de abertura, as empresas constituídas no exercício social vigente devem apresentar o balancete referente ao mês imediatamente anterior à data da abertura da sessão pública;

7.3.1.4 - Para efeito de verificação das datas de validade do Balanço e indicadores, será considerada a situação na data prevista para a abertura da sessão pública deste Pregão.

7.3.2 - Os documentos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira deverão comprovar que o fornecedor possui boa situação financeira, com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), mediante demonstração contábil dos

dois últimos exercícios sociais da empresa, que deverão ser maiores que 01 (um), por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LIQUIDEZ GERAL } LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$\text{SOLVÊNCIA GERAL } SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE } LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.3.3 – Deverá comprovar possuir **Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro** (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, **6% (seis por cento)** do valor estimado da proposta da licitante, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais da empresa.

7.3.4 – Deverá comprovar possuir um **patrimônio líquido** igual ou superior a **10% (dez por cento)** do valor total estimado para o objeto (art. 69, §4, Lei 14.133). Tal comprovação será feita por meio da apresentação do balanço patrimonial dos dois últimos exercícios sociais da empresa, devidamente arquivado na forma da lei.

7.3.5 – Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede a pessoa jurídica há, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias da data de abertura desta contratação direta, abrangendo os processos judiciais físicos e eletrônicos, no que couber.

7.3.5.1 – Caso a licitante apresente-se em recuperação judicial, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, conforme termos do Acórdão 1201/2020 TCU.

7.4 – Documentos relativos à qualificação técnica:

7.4.1 - Registro ou inscrição, pertinente e atualizado, da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) junto ao respectivo Conselho de Classe competente (CREA, CAU ou CRT).

7.4.1.1 - Para os fins de contratação, caso a licitante vencedora esteja registrada ou inscrita no CREA, CAU ou CFT de unidade federativa que não seja Pernambuco, deverá providenciar o visto no respectivo Conselho de Classe no Estado de PE, conforme os dispositivos constantes da Resolução CONFEA nº. 1007/2003.

7.4.2 - Capacidade Técnico-Operacional - comprovação pelo licitante, na data prevista para a entrega da proposta, de possuir capacidade técnica operacional para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta contratação, ou seja, **Certidão de Acervo Operacional - CAO**, emitida pelo respectivo Conselho de Classe competente (CREA, CAU ou CFT), que comprove a anterior execução por parte da empresa de serviços que reúna características e quantidades similares ao objeto desta contratação, qual seja:

- **Serviço de locação de nobreak trifásico com potência mínima de 10 kVA por um prazo mínimo de 12 meses contínuos; ou**
- **Fornecimento de nobreak trifásico com potência mínima de 10 kVA conjunto com serviço de manutenção por um prazo mínimo de 12 meses contínuos.**

7.4.2.1 - Alternativamente para comprovar a capacidade Técnico-Operacional, o licitante poderá apresentar um ou mais atestado(s), expedido(s) por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, que demonstre a anterior execução por parte da empresa de serviços semelhantes ao objeto desta contratação. Os atestados deverão ser acompanhados do documento de responsabilidade técnica (ART/RRT/TRT) devidamente registrado no respectivo Conselho de Classe competente (CREA/CAU/CFT), do profissional que foi responsável pelos serviços.

7.4.3 - Capacidade Técnico-profissional - comprovação pelo licitante, na data prevista para a entrega da proposta, em possuir profissional contratado ou integrante de seu quadro permanente, devidamente habilitado pelo respectivo Conselho de Classe competente e detentor de responsabilidade técnica pela execução de obra ou serviço de características e quantidades compatíveis ao objeto desta licitação, ou seja, Certidão de Acervo Técnico do profissional - CAT, emitida pelo respectivo Conselho de Classe competente, que comprove a anterior execução de serviços, que reúna características similares, qual seja:

- **Serviço de manutenção de nobreak trifásico com potência mínima de 10 kVA por um prazo mínimo de 12 meses contínuos.**

7.4.3.1 – A comprovação do vínculo dos profissionais com o licitante dar-se-á mediante: **(A)** apresentação da CTPS do profissional, ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido, no caso do profissional ser funcionário do licitante; ou **(B)** apresentação do contrato social e/ou ata de eleição da diretoria, no caso do profissional pertencer ao quadro societário do licitante; ou **(C)** apresentação do contrato de prestação de serviços ou **(D)** declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, quando o profissional não for integrante do quadro permanente do licitante.

7.4.3.2 – O(s) profissional(is) indicado(s) pelo licitante, para fins de comprovação de capacitação técnica, deverá(ão) ser o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução do objeto, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovado pela Administração.

7.4.4 - Declaração, assinada pelo responsável técnico da empresa, de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.5 - A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.5.1 - A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.5.2 - É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro, a respectiva documentação atualizada.

7.5.3 - O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.5.4 - A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.5.5 - As microempresas, as empresas de pequeno porte e as equiparadas deverão apresentar os documentos exigidos nos **subitens 7.2.3 a 7.2.5** para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que ela apresente alguma restrição.

7.5.6 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.5.7 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.5.8 - O pregoeiro poderá comunicar a todos, mediante chat, o estabelecimento de um tempo razoável para aguardar resposta quando da convocação para o diálogo, inclusive, quanto à solicitação da documentação referidos no **subitem 7.5.2**. A empresa que não manifestar presença, ou seja, não acompanhar as operações no sistema eletrônico ou não atender às convocações do pregoeiro durante o processo licitatório, poderá ser desclassificada ou inabilitada, inclusive no caso de vir a ser a próxima convocada para as fases de aceitação de proposta e de habilitação.

7.5.9 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido no **subitem 7.5.2**, nas seguintes situações:

- 7.5.9.1** - por solicitação do licitante, no chat do sistema, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro;

7.5.9.2 - de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de sua conformidade.

7.6 - Encerrado o prazo para envio da documentação de habilitação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, **no prazo de máximo de 2 (duas horas), a contar da convocação no sistema**, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação, para:

7.6.1 - a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.6.2 - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.6.3 - suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

7.6.4 - suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.7 - Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.8 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.8.1 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.8.2 - Serão aceitos registros de CNPJ de empresa matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.9 - Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.9.1 - Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.10 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.10.1 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 7.5.2**.

7.10.2 - Caso exista alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa qualificada com microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.10.3 - A prorrogação do prazo previsto no **subitem 7.10.2** poderá ser concedida, a critério da Administração da PRPE;

7.10.4 - A não-regularização da documentação, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração, na forma do **subitem 7.10.1**, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

7.11 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.12 - Poderão ser saneados, no julgamento da habilitação e das propostas, erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Para tanto, poderá solicitar retificações necessárias quanto a erros encontrados ou que apresentarem percentuais em desacordo com a legislação vigente ou com os acórdãos do TCU, desde que não ultrapasse o preço final ofertado pela licitante, podendo efetuar quantas convocações forem necessárias. Sendo possível, ainda, a admissão da juntada de documentos, em atendimento a diligência, durante as fases de classificação ou de habilitação, que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame (art. 64, inciso I, da Lei 14.133/2021), sem que isto represente afronta aos princípios da isonomia e da igualdade entre os licitantes (Acórdão TCU nº 602/2025).

7.13 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.14 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado.

VIII - DOS RECURSOS

8.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.2.1 - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, **no prazo de 10 (dez) minutos**, após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

8.2.2 - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.3 - O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, mediante solicitação por e-mail (prpe-cpl@mpf.mp.br), no sítio eletrônico <https://www.mpf.mp.br/mpfservicos>.

IX - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2 - salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta;

9.1.3 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5 - fraudar a licitação;

9.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

9.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1 - advertência;

9.2.2 - multa;

9.2.3 - impedimento de licitar e contratar e

9.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2 - as peculiaridades do caso concreto

9.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.3.6 - critérios, circunstâncias e procedimentos para a dosimetria previstos na portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/23.

9.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1 - Para as infrações previstas nos **subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato lícitado.

9.4.2 - Para as infrações previstas nos **subitens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8**, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato lícitado.

9.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos **subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos **subitens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3** que justifiquem a

imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no **subitem 9.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10 - A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 3 (três) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11 - Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

9.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento.

9.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.15 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei nº 14.133, de 2021 e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

9.16 - A personalidade jurídica da LICITANTE poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta licitação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a LICITANTE, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos previstos no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021, e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

9.17 - Os parâmetros para a aplicação de penalidades nas infrações cometidas em certames licitatórios e contratos administrativos no âmbito do Ministério Público Federal, que serão levados em consideração durante toda a vigência da contratação, estão estabelecidos na Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de Setembro de 2023.

9.18 - Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.18.1 - Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

X - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

10.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, para o e-mail prpe-cpl@mpf.mp.br.

10.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

XI - DA CONTRATAÇÃO

11.1 - Após a homologação, o representante legal da empresa declarada vencedora deverá promover o seu cadastramento junto ao Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF (<https://apps.mpf.mp.br/spe/login>), no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**.

11.2 - O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital de licitação.

11.2.1 - O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF, garantida a eficácia das Cláusulas.

11.2.2 - O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.3 - Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pelo vencedor em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

11.4 - Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente, será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital/Aviso, que deverão ser mantidas pelo contratado durante a vigência do contrato, bem como será consultada previamente a existência de registro no CADIN para fins do art. 6º-A, da Lei n. 10.522, de 19 de julho de 2002, na redação da Lei n. 14.973, de 16 de setembro de 2024.

11.4.1 - A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação.

11.5 - Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e/ou no CADIN, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos, se for o caso.

11.6 - Nos casos em que o licitante vencedor escolha o seguro-garantia como forma de caução fica estabelecido o prazo de 30 dias após a homologação do certame e anterior à assinatura do contrato para apresentação deste tipo de garantia

XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico, Compras.gov.br, e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

12.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

12.4 - É facultado ao pregoeiro prorrogar os prazos estabelecidos para o envio de informações e documentos solicitados (via chat ou pela convocação de anexo via sistema), desde que o licitante solicite e fundamente o pedido de prorrogação, antes de findo o prazo original, e que os argumentos sejam aceitos pelo pregoeiro.

12.5 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.6 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.7 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.9 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.10 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.11 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal de Transparência do MPF, no endereço eletrônico Internet: Licitações (mpf.mp.br).

12.12 - Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Edital.

Recife/PE, 23 de dezembro de 2025.

SARA DANIELA SANTOS MAMEDE
AGENTE DA CONTRATAÇÃO / PRPE

ANEXO A

PROCEDIMENTO Nº 1.26.000.001571/2025-66

PREGÃO ELETRÔNICO MPF/PRPE Nº 90002/2026 – OUTSOURCING NOBREAK

TERMO DE REFERÊNCIA

1- DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Referência tem por objetivo nortear a **contratação de serviço de outsourcing, instalação, locação, manutenção, suporte técnico e desinstalação de nobreaks para as unidades de 1ª instância do Ministério Público Federal (MPF) em Pernambuco**, de acordo com as especificações e quantitativos descritos, bem ainda, com os preços máximos aceitáveis para a contratação e demais condições gerais deste termo.

1.2 - O prazo de vigência da contratação é de **05 (cinco) anos**, contados da assinatura eletrônica do ordenador de despesa da **CONTRATANTE**, se houver, ou do recebimento do documento que o substitua (Nota de Empenho), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 anos, com base no artigo 107, da Lei 14.133, de 2021.

1.2.1 - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

1.2.1.1 - Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

1.2.1.2 - Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

1.2.1.3 - Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

1.2.1.4 - Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

1.2.1.5 - Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

1.2.1.6 - Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

1.2.2 - O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

1.2.3 - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

1.2.4 - Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

1.2.5 - O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

1.3 - O Ramo de Atividade predominante desta contratação se enquadra no código **PDM 731 / CATSER 22233**, do Catálogo Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/consulta-detalhada/planilha-catmat-catser>).

1.4 - Constituem partes integrantes do projeto, além das especificações contidas neste Termo de Referência, os seguintes documentos:

- ANEXO A1 - Levantamento de cargas;
- ANEXO A2 - Relatório fotográfico
- ANEXO A3 - Projeto elétrico;
- ANEXO A4 - Caderno de Especificações e Encargos.
- ANEXO A5 - Planilha de Formação de Preços

1.5 – A presente contratação será executada de forma indireta, em REGIME DE EMPREITADA TOTAL POR PREÇO UNITÁRIO.

2 – FUNDAMENTAÇÃO E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 – Fundamentação legal

A presente contratação será regida pela Lei 14.133/2021.

A contratada deve atentar para os seguintes normativos:

- **Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI/MPOG:** dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- **Lei complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006:** institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- **Lei nº 12.305/2010:** institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- **Decreto Federal nº 10.936/2022:** regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- **Decreto nº 2.783, de 17/09/1998:** dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio;
- **Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017:** dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- **Instrução Normativa nº 1, de 8 de fevereiro de 2018:** dispõe sobre os serviços de natureza continuada no âmbito do Ministério Público Federal;
- **Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022:** estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de licitação e de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- **Resolução CONFEA nº 1.137, de 31 de março de 2023:** dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, o Acervo Técnico-Profissional e o Acervo Operacional, e dá outras providências;
- **Resolução CAU/BR nº 184, de 22 de novembro de 2019:** dispõe sobre o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), e dá outras providências;
- **Resolução CFT nº 40, de 26 de outubro de 2018:** dispõe sobre o Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) e o acervo técnico profissional, e dá outras providências;
- **Norma Regulamentadora nº 18 do Ministério do Trabalho:** estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que visam à implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção;
- **Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019:** dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia e dá outras providências;
- **Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999:** estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências;
- **Portaria PGR/MPU Nº 69, de 28 de abril de 2023:** regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública da União;
- **Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023:** dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União;

- **Portaria PGR/MPF Nº 843, de 18 de outubro de 2024:** atualiza o Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal para o período de 2024 a 2027;
- **ABNT NBR 15204:** fixa as características mínimas exigíveis de segurança e desempenho para conversor a semicondutor - sistema de alimentação de potência ininterrupta com saída em corrente alternada (nobreak) de tensão monofásico, com saída de tensão alternada, com tensão nominal até 250 V em potências de até 3 kVA; destinados a equipamentos eletrônicos, informática e telecomunicações;
- **ABNT NBR 15104:** define os termos e definições para sistemas de alimentação de potência ininterrupta (nobreaks) on-line, interativo e stand-by, que utilizam bateria como fonte de energia armazenada;
- **ABNT NBR 16156:** estabelece requisitos para proteção ao meio ambiente e para o controle dos riscos de segurança e saúde no trabalho na atividade de manufatura reversa de resíduos eletroeletrônicos.
- Normas do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);
- Normas Brasileiras (NBR) e as Normas Regulamentadoras (NR) pertinentes.

2.2 – Necessidade da Contratação

2.2.1 - A contratação é necessária para substituição da atual solução de fornecimento de energia ininterrupta (nobreaks) às instalações elétricas das unidades de 1ª instância do MPF em Pernambuco (PR-PE, PRM-Garanhuns, PRM-Caruaru, PRM-Serra Talhada e PRM-Petrolina), em atendimento às solicitações contidas nos documentos PR-PE-00081028/2024 e PR-PE-00002026/2025.

2.2.2 - Os documentos supracitados informam que os nobreaks dessas edificações se encontram nas seguintes condições:

- ✓ PR/PE: os nobreaks não conseguem manter as cargas ligadas quando falta energia (problemas de bateria);
- ✓ PRM Garanhuns: os nobreaks não conseguem manter as cargas ligadas quando falta energia;
- ✓ PRM Caruaru: os nobreaks não conseguem manter as cargas ligadas quando falta energia, um dos nobreaks apresentou problemas emitindo muito barulho e fumaça;
- ✓ PRM Serra Talhada: o nobreak encontra-se sem funcionar, em razão de problema elétrico recente;
- ✓ PRM Petrolina: os nobreaks não conseguem manter as cargas ligadas quando falta energia.

2.2.3 - Foi realizada visita técnica por servidor Analista/Perito de Engenharia Elétrica aos edifícios da PR/PE, PRM-Garanhuns, PRM-Caruaru, PRM-Serra Talhada e PRM-Petrolina, inspecionando a situação do funcionamento dos nobreaks existentes e o estado das instalações elétricas da rede de energia ininterrupta dessas edificações. Durante a visita, ratificou-se, a partir dos relatos dos servidores, da análise das instalações elétricas e das indicações nos painéis dos nobreaks, que todos os equipamentos dessas unidades se encontravam fora de operação ou sem autonomia para poderem operar na ocorrência da falta de energia. Além disso, verificou-se a necessidade de executar adequações das instalações dos nobreaks para melhorar a sua segurança e funcionalidade.

2.2.4 - A contratação de fornecimento de energia ininterrupta (nobreaks) tem a finalidade de manter os equipamentos de telecomunicação e informática, tais como computadores, servidores, storages, modems e switches, continuamente energizados e dentro dos parâmetros de qualidade de energia para o seu funcionamento com segurança. A energização contínua e sem interrupções, no caso de falta de energia, será realizada por meio do fornecimento e instalação de nobreaks e bancos de baterias.

2.2.5 - No Estudo Técnico Preliminar, publicado junto ao edital, verificou-se que a contratação do serviço de outsourcing de nobreaks é a solução capaz de atender aos requisitos de energização de equipamentos de informática, manutenção do acesso aos sistemas de informática, funcionamento das atividades da instituição e prestação do serviço público.

2.2.6 - Nos edifícios funcionam Centros de Processamento de Dados (CPD), sistema responsável por manter em operação diversos sistemas de informática essenciais ao funcionamento da instituição. O CPD é considerado um sistema de missão crítica, isto é, um ambiente tecnológico construído para evitar a paralisação de serviços computacionais e a perda de dados importantes. Ou seja, nos edifícios, estão em operação diversos sistemas de tecnologia da informação e comunicação (TIC) imprescindíveis para o funcionamento das unidades. A interrupção desses sistemas causará a interrupção das atividades-meio e finalísticas

do MPF. Portanto, é imprescindível que os equipamentos de informática e comunicação tenham sua energia suprida por um sistema confiável, que assegure o fornecimento de energia no caso de falta da concessionária de energia e que mantenha a qualidade de energia dentro dos elevados requisitos exigidos pelos equipamentos de TIC.

2.2.7 - Os nobreaks ou UPS (Uninterruptible Power Supply) são os aparelhos que suprem energia à rede de energia ininterrupta/estabilizada, capazes de atender aos requisitos de qualidade de energia dos equipamentos de TIC e manter em operação os ambientes de missão crítica.

2.2.8 - Portanto, faz-se necessário a contratação do serviço de instalação, locação, manutenção, suporte técnico e desinstalação de nobreaks para as Procuradorias do Ministério Público Federal (MPF) em Pernambuco a fim de atender aos seus sistemas de missão crítica e manter em contínua operação as atividades da instituição.

2.3 – Justificativa quanto à natureza continuada do objeto

2.3.1 - O serviço de locação de nobreaks é essencial às atividades do órgão em razão da necessidade de manter ininterruptamente energizados os equipamentos de telecomunicações e informática, em especial aqueles instalados no CPD. Na falta de energia a esses equipamentos o acesso aos sistemas de informática será interrompido e, conseqüentemente, as atividades da instituição serão paralisadas, o que compromete a prestação do serviço público, podendo até acarretar a perda de prazo de processos judiciais.

2.3.2 - Uma vez que os equipamentos de informática devem permanecer continuamente energizados e as atividades do órgão não podem ser paralisadas, também o serviço de locação dos nobreaks deverá ser realizado de forma contínua.

2.3.3 - A descontinuidade da contratação implica a necessidade de desinstalação dos nobreaks, desenergização dos equipamentos de informática, interrupção do acesso aos sistemas de informática e, por fim, paralisação das atividades do órgão.

2.3.4 - Os nobreaks são equipamentos de alto valor, de peso e volume elevados para transporte, e o serviço de instalação e desinstalação deve ser realizado por equipe técnica especializada com uso de ferramental adequado. Tais fatores impactam no valor de contratação. Caso o serviço não seja realizado de forma contínua, os custos na prestação do serviço aumentarão, e poderão ocorrer prejuízos ao funcionamento do órgão público.

2.3.5 - Do exposto, o caráter contínuo da contratação tem como objetivos ampliar a disputa licitatória, reduzir os custos da contratação, reduzir as interrupções de energia aos equipamentos de informática e manter o funcionamento contínuo das atividades da instituição.

2.3.6 - O serviço de locação de nobreaks também contempla a realização de serviços de manutenção, fornecimento de peças e suporte técnico contínuo (24x7) desses equipamentos, por essa razão, entende-se que se enquadra como contratação de natureza continuada no âmbito do Ministério Público Federal, conforme prescreve o Art. 1º, inciso XXVI da Instrução Normativa SG/MPF nº 1, de 8 de fevereiro de 2018, *in verbis*:

*"Art. 1º No âmbito do Ministério Público Federal, as seguintes contratações são consideradas serviços de natureza continuada:
XXVI. Manutenção de no-break e grupo gerador;"*

2.4 - Justificativa quanto à natureza do serviço

2.4.1 - O objeto desta contratação se enquadra como serviço cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

2.5 - Alinhamento ao Planejamento Estratégico

2.5.1 - A referida contratação encontra-se no Plano de Contratações Anual da PRPE para o exercício de 2025 e está inserida no Planejamento Estratégico – PE/MPF - para os anos de 2024-2027, instituído por meio da Portaria PGR/MPF nº 843, de 18 de outubro de 2024, principalmente quanto ao atingimento dos seguintes objetivos:

- OE 4 - garantir processos eficientes com regras negociais disseminadas.
- OE 7 - incentivar ambiente de trabalho seguro, saudável e sustentável.

2.6 - Enquadramento da contratação

2.6.1 - A modalidade de licitação utilizada é o **Pregão Eletrônico**, que tem como tipo o menor preço, por se tratar de objeto comum em que as especificações e padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, conforme se depreende da leitura do inciso XIII do caput do art. 6º da Lei 14.133/2021, conjugada com o artigo 29, parágrafo único, da mesma lei:

"(...)

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

"(...)"

*"Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o **pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital**, por meio de especificações usuais de mercado."* grifo nosso.

2.7 - Previsão no Plano de Contratação Anual

2.7.1 - A referida contratação encontra-se no Plano de Contratações Anual da PRPE para o exercício de 2025, etiqueta nº PRPE-D0001/25, no Sistema de Gestão Administrativa (SGA).

2.8 - Agrupamento do objeto

2.8.1 - Os serviços foram agrupados em **LOTE ÚNICO** por serem da mesma natureza e guardarem relação entre si e considerando que os potenciais interessados em fornecer os itens agrupados são os mesmos, indo ao encontro do que preceitua o TCU nos Acórdãos nº 5.260/2011-TCU -1ª Câmara e Acórdão nº 1620/2010-TCU Plenário, respectivamente.

2.8.2 - O agrupamento também permite o aumento da eficiência administrativa por meio da otimização do gerenciamento do contrato, pois, neste caso, não seria conveniente e oportuno a prestação desses serviços por diversos contratados, considerando que lidar com um único ou poucos prestadores diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação (Acórdão 861/2013-TCU Plenário). Além disso, o agrupamento proporciona maior atratividade do certame aos fornecedores por conta da possibilidade de maior ganho e, em consequência, aumento dos participantes gerando maior competitividade.

2.8.3 - É conveniente que os nobreaks sejam fornecidos por uma mesma empresa. A conveniência deve-se à facilidade na gestão dos equipamentos, no agendamento de intervenções, manutenções periódicas e no fornecimento de peças a serem realizados por uma única empresa.

2.8.4 - Ressalta-se que os equipamentos operam de forma complementar/redundante. O sistema elétrico de energia ininterrupta foi desenvolvido de forma que, quando um equipamento estiver com a sua operação interrompida, outro equipamento poderá suprir energia às cargas. Esse é o caso, por exemplo, dos equipamentos instalados no CPD da PR-PE, PRM-Caruaru, PRM-Serra Talhada e PRM-Petrolina. Assim, esse é mais um fator que se aponta a vantagem de uma única empresa fazer a gestão de todos os equipamentos: a responsabilidade de manter a redundância dos sistemas em uma única empresa.

2.8.5 - A gestão dos nobreaks por diferentes empresas pode tornar o valor da contratação muito baixo e não ser atraente para possíveis interessados. Também poderá inviabilizar a contratação para as unidades mais distantes da capital (Recife), em razão de dificuldades logísticas e custos mais elevados para transporte de pessoal e equipamentos. Além disso, fracionar a contratação elevará os custos da contratação devido ao pagamento dos custos de administração de cada contrato.

2.8.6 - Por fim, o não parcelamento da solução evita processos de contratações separadas com gastos adicionais, que posteriormente exigirá maior capacidade técnica e administrativa da gestão/fiscalização do contrato.

2.9 - Da participação na licitação

2.9.1 - Considerando o valor estimado da presente contratação, acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), bem como a reserva de cota de 25% não ser vantajosa para a Administração, uma vez que restringe a eficiência e segurança da gestão contratual, além da perda da economia de escala, a presente licitação **NÃO** será exclusiva, **NEM** será estabelecida cota para ME/EPP, conforme artigos 46, 47, 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/06.

2.9.2 - Assim, a solução passa pela contratação de empresa, por meio da modalidade **"Pregão Eletrônico"**, **sem exclusividade ME/EPP**, para a prestação de serviço de instalação e locação

(outsourcing) de nobreaks e adequação das instalações elétricas das unidades do MPF em Pernambuco.

2.9.3 – Não será permitida a participação de pessoas físicas no certame, pois a solução exige que o contratado detenha estrutura mínima dotada de equipamentos, instalações e equipe de profissionais capazes de realizar a instalação, comissionamento, manutenção, troca de peças e monitoramento 24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7) dos nobreaks, em cinco cidades de Pernambuco com distâncias que chegam a 715 km entre elas. Essa estrutura mínima é essencial para demonstrar a capacidade de cumprir todas as exigências da solução dentro dos prazos de atendimento estabelecidos e garantir a segurança da continuidade das atividades e serviços realizados pelo Ministério Público Federal.

2.9.4 – Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, pois a realidade do mercado demonstra que existem várias empresas especializadas na realização deste objeto, não precisando de outras empresas para auxílio técnico ou operacional.

2.10 - Do quantitativo

2.10.1 - Os quantitativos são baseados no resultado do dimensionamento da solução para atender ao histórico consumo de energia das cargas críticas existentes, informado no Estudo Técnico Preliminar, Levantamento de Cargas (**ANEXO A1**), Relatório Fotográfico (**ANEXO A2**) e Projeto Referência (**ANEXOS A3 e A4**). A seguir constam detalhadas as definições de quantitativos:

ITEM	GRUPO/LOTE ÚNICO	GRUPO	CATSERV	UND	QTDE
1	LOCAL: PRPE (SEDE) Endereço à Av. Agamenon Magalhães, 1.800 - Espinheiro, Recife/PE - CEP 52021-170				
1.1	Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PR-PE (Recife), conforme projeto de referência (ANEXOS A3 e A4).	546	1538	UNID	01
1.2	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 20kVA , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 5 (cinco) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação.	731	22233	MESES	60
1.3	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 20kVA , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 5 (cinco) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação.	731	22233	MESES	60
2	LOCAL: PRM CARUARU Rua Professor Luis Bezerra de Vasconcelos, s/n, Bairro Universitário – Caruaru / PE – CEP: 55.014-838				
2.1	Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PRM-Caruaru, conforme projeto de referência (ANEXOS A3 e A4).	546	1538	UNID	01
2.2	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 12kVA , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 5 (cinco) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação.	731	22233	MESES	60
2.3	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 10kVA , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 5 (cinco) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação.	731	22233	MESES	60
3	LOCAL: PRM GARANHUNS Av. Idelfonso Lopes, 174 - Heliópolis - Garanhuns / PE - CEP: 55.296-230				
3.1	Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreak e seu banco de baterias na PRM-Garanhuns, conforme projeto de referência (ANEXOS A3 e A4).	546	1538	UNID	01
3.2	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak monofásico online dupla conversão 5kVA , 220V, banco de baterias com autonomia de 20 (vinte) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação.	731	22233	MESES	60
4	LOCAL: PRM SERRA TALHADA Rua Enock de Carvalho, 160 - AAB - Serra Talhada - PE - CEP: 56.912-250				
4.1	Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PRM-Serra Talhada, conforme projeto de referência (ANEXOS A3 e A4).	546	1538	UNID	01
4.2	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak monofásico	731	22233	MESES	60

	online dupla conversão 5kVA , 220V, banco de baterias com autonomia de 15 (quinze) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação.				
4.3	Locação (outsourcing) de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 10kVA , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 15 (quinze) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação.	731	22233	MESES	60
5	LOCAL: PRM PETROLINA Av. Presidente Tancredo Neves, 101, Centro - Petrolina / PE - CEP: 56.304-190				
5.1	Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PRM-Petrolina, conforme projeto de referência (ANEXOS A3 e A4).	546	1538	UNID	01
5.2	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak monofásico online dupla conversão 5kVA , 220V, banco de baterias com autonomia de 15 (quinze) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação.	731	22233	MESES	60
5.3	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 10kVA , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 15 (quinze) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação.	731	22233	MESES	60

2.11 - Definição do valor máximo aceitável para a contratação

2.11.1 - Para definição do valor máximo aceitável para locação (*outsourcing*) mensal de nobreak, banco de baterias com autonomia de 5 (cinco) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação realizamos pesquisa de mercado e de preços conforme Portaria PGR/MPU nº 100/2023, definindo-se a **MÉDIA/MEDIANA** como método para obtenção do valor estimado (limite máximo aceitável).

2.11.2 - Já para o serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias, conforme projeto de referência, foi determinado por meio de planilha de composição de custos, utilizando preços de insumos e composições do SINAPI, referência PERNAMBUCO - ABRIL/2025 (DESONERADO), e preços de distribuidores nacionais, conforme **ANEXO A5**.

2.11.3 - Os valores estimados para a presente contratação estão descritos no quadro do **subitem 8.1**.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 - O OBJETO E SUA EXECUÇÃO COMPREENDEM:

3.1.1 - Serviço de locação de 2 (dois) nobreaks trifásicos de 20 kVA e respectivo banco de baterias com as seguintes especificações mínimas:

- Potência trifásica mínima de 20 kVA;
- Online Dupla Conversão;
- Tensão de entrada 380/220V (3F+N+PE);
- Tensão de saída 380/220V (3F+N+PE);
- Fator de potência de 0,99;
- Fator de potência de saída de 0,9;
- Painel/Display indicativo do estado do nobreak, alarmes, autonomia e leituras de tensão e corrente;
- Bypass automático e manual;
- Placa SNMP de gerenciamento remoto;
- Envio de alarmes para servidor de e-mail;
- Compatibilidade com grupo gerador;
- Distorção harmônica total da tensão de saída: 3% (carga linear);
- Banco de baterias com autonomia mínima de 5 minutos com carga de 100% (20 kVA);
- Dimensões máximas: não superiores às dimensões dos nobreaks instalados (SMS Sinus Double II 20kVA);
- Capacidade de ligação em paralelo com outro nobreak de mesma especificação (marca, modelo, potência);

p) Local da Instalação: Procuradoria da República em Pernambuco, Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1800, Espinheiro, Recife, PE.

3.1.2 - Serviço de locação de 1 (um) nobreak monofásico de 5 kVA e respectivo banco de baterias com as seguintes especificações mínimas:

- a) Potência monofásica mínima de 5 kVA;
- b) Online Dupla Conversão;
- c) Tensão de entrada 220V (F+N+PE);
- d) Tensão de saída 220V (F+N+PE);
- e) Fator de potência de 0,99;
- f) Fator de potência de saída de 0,9;
- g) Painel/Display indicativo do estado do nobreak, alarmes, autonomia e leituras de tensão e corrente;
- h) Bypass automático e manual;
- i) Placa SNMP de gerenciamento remoto;
- j) Envio de alarmes para servidor de e-mail;
- k) Compatibilidade com grupo gerador;
- l) Distorção harmônica total da tensão de saída: 3% (carga linear);
- m) Banco de baterias com autonomia mínima de 20 minutos com carga de 100% (5 kVA);
- n) Capacidade de ligação em paralelo com outro nobreak de mesma especificação (marca, modelo, potência);
- o) Local da Instalação: Procuradoria da República em Garanhuns, Rua Dr. Ildefonso Lopes, nº 174, Heliópolis, Garanhuns, PE.

3.1.3 - Serviço de locação de 1 (um) nobreak trifásico de 12 kVA e respectivo banco de baterias com as seguintes especificações mínimas:

- a) Potência trifásica mínima de 12 kVA;
- b) Online Dupla Conversão;
- c) Tensão de entrada 380/220V (3F+N+PE);
- d) Tensão de saída 380/220V (3F+N+PE);
- e) Fator de potência de 0,99;
- f) Fator de potência de saída de 0,9;
- g) Painel/Display indicativo do estado do nobreak, alarmes, autonomia e leituras de tensão e corrente;
- h) Bypass automático e manual;
- i) Placa SNMP de gerenciamento remoto;
- j) Envio de alarmes para servidor de e-mail;
- k) Compatibilidade com grupo gerador;
- l) Distorção harmônica total da tensão de saída: 3% (carga linear);
- m) Banco de baterias com autonomia mínima de 5 minutos com carga de 100% (12 kVA);
- n) Dimensões máximas: não superiores às dimensões do nobreak instalado (SMS Sinus Triphases DSP 30kVA);
- o) Capacidade de ligação em paralelo com outro nobreak de mesma especificação (marca, modelo, potência);
- p) Local da Instalação: Procuradoria da República em Caruaru, Av. Três, Bairro Universitário, Caruaru, PE.

3.1.4 - Serviço de locação de 1 (um) nobreak trifásico de 10 kVA e respectivo banco de baterias com as seguintes especificações mínimas:

- a) Potência trifásica mínima de 10 kVA;
- b) Online Dupla Conversão;
- c) Tensão de entrada 380/220V (3F+N+PE);
- d) Tensão de saída 380/220V (3F+N+PE);
- e) Fator de potência de 0,99;
- f) Fator de potência de saída de 0,9;
- g) Painel/Display indicativo do estado do nobreak, alarmes, autonomia e leituras de tensão e corrente;
- h) Bypass automático e manual;
- i) Placa SNMP de gerenciamento remoto;
- j) Envio de alarmes para servidor de e-mail;
- k) Compatibilidade com grupo gerador;
- l) Distorção harmônica total da tensão de saída: 3% (carga linear);

- m) Banco de baterias com autonomia mínima de 5 minutos com carga de 100% (12 kVA);
- n) Dimensões máximas: não superiores às dimensões do nobreak instalado (SMS Sinus Triphases DSP 20kVA);
- o) Local da Instalação: Procuradoria da República em Caruaru, Av. Três, Bairro Universitário, Caruaru, PE.

3.1.5 - Serviço de locação de 1 (um) nobreak monofásico de 5 kVA e respectivo banco de baterias com as seguintes especificações mínimas:

- a) Potência monofásica mínima de 5 kVA;
- b) Online Dupla Conversão;
- c) Tensão de entrada 220V (F+N+PE);
- d) Tensão de saída 220V (F+N+PE);
- e) Fator de potência de 0,99;
- f) Fator de potência de saída de 0,9;
- g) Painel/Display indicativo do estado do nobreak, alarmes, autonomia e leituras de tensão e corrente;
- h) Bypass automático e manual;
- i) Placa SNMP de gerenciamento remoto;
- j) Envio de alarmes para servidor de e-mail;
- k) Compatibilidade com grupo gerador;
- l) Distorção harmônica total da tensão de saída: 3% (carga linear);
- m) Banco de baterias com autonomia mínima de 15 minutos com carga de 100% (5 kVA);
- n) Dimensões máximas: não superiores à dimensão do nobreak instalado (Logmaster LMP 2106 6kVA);
- o) Local da Instalação: Procuradoria da República em Serra Talhada, Rua Enock de Carvalho, 160, Serra Talhada, PE.

3.1.6 - Serviço de locação de 1 (um) nobreak trifásico de 10 kVA e respectivo banco de baterias com as seguintes especificações mínimas:

- a) Potência trifásica mínima de 10 kVA;
- b) Online Dupla Conversão;
- c) Tensão de entrada 380/220V (3F+N+PE);
- d) Tensão de saída 380/220V (3F+N+PE);
- e) Fator de potência de 0,99;
- f) Fator de potência de saída de 0,9;
- g) Painel/Display indicativo do estado do nobreak, alarmes, autonomia e leituras de tensão e corrente;
- h) Bypass automático e manual;
- i) Placa SNMP de gerenciamento remoto;
- j) Envio de alarmes para servidor de e-mail;
- k) Compatibilidade com grupo gerador;
- l) Distorção harmônica total da tensão de saída: 3% (carga linear);
- m) Banco de baterias com autonomia mínima de 15 minutos com carga de 100% (10 kVA);
- n) Dimensões máximas: não superiores à dimensão do nobreak instalado (Logmaster UPS NKT 3330T 30kVA);
- o) Local da Instalação: Procuradoria da República em Serra Talhada, Rua Enock de Carvalho, 160, Serra Talhada, PE.

3.1.7 - Serviço de locação de 1 (um) nobreak monofásico de 5 kVA e respectivo banco de baterias com as seguintes especificações mínimas:

- a) Potência monofásica mínima de 5 kVA;
- b) Online Dupla Conversão;
- c) Tensão de entrada 220V (F+N+PE);
- d) Tensão de saída 220V (F+N+PE);
- e) Fator de potência de 0,99;
- f) Fator de potência de saída de 0,9;
- g) Painel/Display indicativo do estado do nobreak, alarmes, autonomia e leituras de tensão e corrente;
- h) Bypass automático e manual;
- i) Placa SNMP de gerenciamento remoto;
- j) Envio de alarmes para servidor de e-mail;

- k) Compatibilidade com grupo gerador;
- l) Distorção harmônica total da tensão de saída: 3% (carga linear);
- m) Banco de baterias com autonomia mínima de 15 minutos com carga de 100% (5 kVA);
- n) Dimensões máximas: não superiores à dimensão do nobreak instalado (SMS Sinus Double II 6kVA);
- o) Local da Instalação: Procuradoria da República em Petrolina, Av. Fernando Góes, 1343-1383, Centro, Petrolina, PE.

3.1.8 - Serviço de locação de 1 (um) nobreak trifásico de 10 kVA e respectivo banco de baterias com as seguintes especificações mínimas:

- a) Potência trifásica mínima de 10 kVA;
- b) Online Dupla Conversão;
- c) Tensão de entrada 380/220V (3F+N+PE);
- d) Tensão de saída 380/220V (3F+N+PE);
- e) Fator de potência de 0,99;
- f) Fator de potência de saída de 0,9;
- g) Painel/Display indicativo do estado do nobreak, alarmes, autonomia e leituras de tensão e corrente;
- h) Bypass automático e manual;
- i) Placa SNMP de gerenciamento remoto;
- j) Envio de alarmes para servidor de e-mail;
- k) Compatibilidade com grupo gerador;
- l) Distorção harmônica total da tensão de saída: 3% (carga linear);
- m) Banco de baterias com autonomia mínima de 15 minutos com carga de 100% (10 kVA);
- n) Dimensões máximas: não superiores à dimensão do nobreak instalado (SMS Sinus Triphases 20kVA).
- o) Local da Instalação: Procuradoria da República em Petrolina, Av. Fernando Góes, 1343-1383, Centro, Petrolina, PE.

3.1.9 - Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PR-PE (Recife), conforme Projeto Referência (ANEXOS A3 e A4).

- a) A CONTRATADA deverá realizar qualquer adequação não prevista no Projeto Referência (**ANEXOS A3 e A4**) para garantir o perfeito funcionamento dos nobreaks;
- b) A disponibilização do Projeto Referência (**ANEXOS A3 e A4**) não exime a responsabilidade da CONTRATADA em realizar o adequado dimensionamento e execução da solução. Nesse sentido, se devidamente justificado, a CONTRATADA poderá fornecer disjuntores e chaves com corrente nominal menor que o definido no Projeto Referência, no entanto, deve ser respeitado o nível de curto-circuito da instalação, o padrão de disjuntor da instalação, sendo mantido também o fornecimento dos cabos com as seções e especificações previstas no Projeto Referência;
- c) O dimensionamento dos bancos de baterias, suas proteções e cabos alimentadores será de responsabilidade da CONTRATADA. Todos os itens deverão estar incluídos no fornecimento;
- d) A CONTRATADA deverá prever a necessidade de instalação de todos os dispositivos de proteção, chaveamento, seccionamento, monitoramento e alarmes necessários para o perfeito funcionamento do nobreak;
- e) No Projeto Referência (**ANEXOS A3 e A4**), todo item definido como "a retirar" deverá ser desinstalado, todo item definido como "a ser adequado ou adicionado", deverá ser fornecido e todo item definido como "mantido" poderá ser reaproveitado;
- f) Todos os itens fornecidos (exceto os nobreaks e bancos de baterias) e adequações realizadas serão incorporadas ao patrimônio do CONTRATANTE.

3.1.10 - Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreak e seu banco de baterias na PRM-Garanhuns, conforme Projeto Referência (ANEXOS A3 e A4).

- a) A CONTRATADA deverá realizar qualquer adequação não prevista no Projeto Referência (**ANEXOS A3 e A4**) para garantir o perfeito funcionamento do nobreak;
- b) A disponibilização do Projeto Referência (**ANEXOS A3 e A4**) não exime a responsabilidade da CONTRATADA em realizar o adequado dimensionamento e execução da solução. Nesse sentido, se devidamente justificado, a CONTRATADA poderá fornecer disjuntores e chaves com corrente nominal menor que o definido no Projeto Referência,

no entanto, deve ser respeitado o nível de curto-circuito da instalação, o padrão de disjuntor da instalação, sendo mantido também o fornecimento dos cabos com as seções e especificações previstas no Projeto Referência;

c) O dimensionamento do banco de baterias, suas proteções e cabos alimentadores será de responsabilidade da CONTRATADA. Todos os itens deverão estar incluídos no fornecimento;

d) A CONTRATADA deverá prever a necessidade de instalação de todos os dispositivos de proteção, chaveamento, seccionamento, monitoramento e alarmes necessários para o perfeito funcionamento do nobreak;

e) No Projeto Referência (**ANEXOS A3 e A4**), todo item definido como "a retirar" deverá ser desinstalado, todo item definido como "a ser adequado ou adicionado", deverá ser fornecido e todo item definido como "mantido" poderá ser reaproveitado;

f) Todos os itens fornecidos (exceto os nobreaks e bancos de baterias) e adequações realizadas serão incorporadas ao patrimônio do CONTRATANTE.

3.1.11 - Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PRM-Caruaru, conforme Projeto Referência (ANEXOS A3 e A4).

a) A CONTRATADA deverá realizar qualquer adequação não prevista no Projeto Referência (**ANEXOS A3 e A4**) para garantir o perfeito funcionamento dos nobreaks;

b) A disponibilização do Projeto Referência (**ANEXOS A3 e A4**) não exime a responsabilidade da CONTRATADA em realizar o adequado dimensionamento e execução da solução. Nesse sentido, se devidamente justificado, a CONTRATADA poderá fornecer disjuntores e chaves com corrente nominal menor que o definido no Projeto Referência, no entanto, deve ser respeitado o nível de curto-circuito da instalação, o padrão de disjuntor da instalação, sendo mantido também o fornecimento dos cabos com as seções e especificações previstas no Projeto Referência;

c) O dimensionamento dos bancos de baterias, suas proteções e cabos alimentadores será de responsabilidade da CONTRATADA. Todos os itens deverão estar incluídos no fornecimento;

d) A CONTRATADA deverá prever a necessidade de instalação de todos os dispositivos de proteção, chaveamento, seccionamento, monitoramento e alarmes necessários para o perfeito funcionamento do nobreak;

e) No Projeto Referência (**ANEXOS A3 e A4**), todo item definido como "a retirar" deverá ser desinstalado, todo item definido como "a ser adequado ou adicionado", deverá ser fornecido e todo item definido como "mantido" poderá ser reaproveitado;

f) Todos os itens fornecidos (exceto os nobreaks e bancos de baterias) e adequações realizadas serão incorporadas ao patrimônio do CONTRATANTE.

3.1.12 - Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PRM-Serra Talhada, conforme Projeto Referência (ANEXOS A3 e A4).

a) A CONTRATADA deverá realizar qualquer adequação não prevista no Projeto Referência (**ANEXOS A3 e A4**) para garantir o perfeito funcionamento dos nobreaks;

b) A disponibilização do Projeto Referência (**ANEXOS A3 e A4**) não exime a responsabilidade da CONTRATADA em realizar o adequado dimensionamento e execução da solução. Nesse sentido, se devidamente justificado, a CONTRATADA poderá fornecer disjuntores e chaves com corrente nominal menor que o definido no Projeto Referência, no entanto, deve ser respeitado o nível de curto-circuito da instalação, o padrão de disjuntor da instalação, sendo mantido também o fornecimento dos cabos com as seções e especificações previstas no Projeto Referência;

c) O dimensionamento dos bancos de baterias, suas proteções e cabos alimentadores será de responsabilidade da CONTRATADA. Todos os itens deverão estar incluídos no fornecimento;

d) A CONTRATADA deverá prever a necessidade de instalação de todos os dispositivos de proteção, chaveamento, seccionamento, monitoramento e alarmes necessários para o perfeito funcionamento do nobreak;

e) No Projeto Referência (**ANEXOS A3 e A4**), todo item definido como "a retirar" deverá ser desinstalado, todo item definido como "a ser adequado ou adicionado", deverá ser fornecido e todo item definido como "mantido" poderá ser reaproveitado;

f) Todos os itens fornecidos (exceto os nobreaks e bancos de baterias) e adequações realizadas serão incorporadas ao patrimônio do CONTRATANTE.

3.1.13 - Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PRM-Petrolina, conforme Projeto Referência (ANEXOS A3 e A4).

- a) A CONTRATADA deverá realizar qualquer adequação não prevista no Projeto Referência (**ANEXOS A3 e A4**) para garantir o perfeito funcionamento dos nobreaks;
- b) A disponibilização do Projeto Referência (**ANEXOS A3 e A4**) não exime a responsabilidade da CONTRATADA em realizar o adequado dimensionamento e execução da solução. Nesse sentido, se devidamente justificado, a CONTRATADA poderá fornecer disjuntores e chaves com corrente nominal menor que o definido no Projeto Referência, no entanto, deve ser respeitado o nível de curto-circuito da instalação, o padrão de disjuntor da instalação, sendo mantido também o fornecimento dos cabos com as seções e especificações previstas no Projeto Referência;
- c) O dimensionamento dos bancos de baterias, suas proteções e cabos alimentadores será de responsabilidade da CONTRATADA. Todos os itens deverão estar incluídos no fornecimento;
- d) A CONTRATADA deverá prever a necessidade de instalação de todos os dispositivos de proteção, chaveamento, seccionamento, monitoramento e alarmes necessários para o perfeito funcionamento do nobreak;
- e) No Projeto Referência (**ANEXOS A3 e A4**), todo item definido como "a retirar" deverá ser desinstalado, todo item definido como "a ser adequado ou adicionado", deverá ser fornecido e todo item definido como "mantido" poderá ser reaproveitado;
- f) Todos os itens fornecidos (exceto os nobreaks e bancos de baterias) e adequações realizadas serão incorporadas ao patrimônio do CONTRATANTE.

3.1.14 - Serviço de descarte de materiais e equipamentos eletrônicos

- a) Deverá ser previsto o descarte de todos os itens desinstalados definidos nos **subitens 3.1.9 a 3.1.13 acima**, conforme legislação vigente e condições a seguir:

3.1.14.1 – LOGÍSTICA REVERSA

3.1.14.1.1 - É de responsabilidade da CONTRATADA a disposição final responsável e ambientalmente adequada dos resíduos de quaisquer naturezas, após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, obedecendo ao disposto na Norma Brasileira ABNT NBR 10004:2004 e em conformidade com o respectivo acordo setorial, regulamento expedido pelo Poder Público ou termo de compromisso.

3.1.14.1.2 - A CONTRATANTE reserva-se o direito de assumir a responsabilidade a que se refere o item anterior, podendo dar outra destinação aos resíduos após o uso, caso julgue mais conveniente para a Administração.

3.1.14.2 – DESFAZIMENTO DOS NOBREAKS PERTENCENTES À CONTRATANTE

3.1.14.2.1 - A CONTRATANTE será responsável pelo devido procedimento de desfazimento dos bens patrimoniais existentes, em atendimento às determinações contidas na IN nº 009/2019/MPF/SG/SA, do Decreto Federal nº 9.373, de 11 de maio de 2018, e da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.1.14.2.2 - O desfazimento dos nobreaks disponibilizados durante a vigência do contrato, será de responsabilidade da empresa CONTRATADA, observando-se o disposto no **subitem 3.1.14.1**.

3.1.15 - Realização de manutenções preditivas e preventivas, conforme cronograma do fabricante;

3.1.16 - Realização de manutenções corretivas ilimitadas;

3.1.17 - Serviço de troca de peças e baterias de reposição sem custos adicionais;

3.1.18 - Prestação de suporte técnico e atendimento 24x7;

3.1.19 - Serviço de monitoramento remoto 24x7;

3.1.20 - Atualização de firmware;

3.1.21 - Treinamento básico para operação e conservação dos no-breaks no início do contrato e anualmente;

3.1.22 - Desinstalação dos no-breaks e bancos de baterias no término do contrato;

3.1.23 - Descarte de resíduos sólidos e materiais removidos no serviço de adequação das instalações elétricas, conforme legislação vigente e demais condições dispostas no Termo de Referência; as despesas com esse descarte já estão inclusas nos subitens 3.1.9 a 3.1.13;

- 3.1.24** - A contratada deverá prever na sua proposta todos os custos com fretes, envio de equipamentos, peças e baterias, transporte e despesas de viagens de funcionários;
- 3.1.25** - Fornecimento de todas as peças, equipamentos e ferramentas necessárias à prestação dos serviços;
- 3.1.26** - Demais especificações do objeto estão detalhados no Levantamento de Cargas (Anexo A1); Relatório Fotográfico (Anexo A2); Projeto Elétrico (Anexo A3); Caderno de Especificações e Encargos (Anexo A4).
- 3.1.27** - Da forma de execução da contratação: indireta, em regime de **empreitada por preço unitário**.
- 3.1.28** - Não serão aceitos banco de baterias formados por baterias do tipo ventilada, que exigem a verificação e manutenção periódicas para reposição de água destilada, ou que necessitam de sistema de ventilação para permitir a circulação e/ou exaustão de gases no ambiente.
- 3.1.29** - A CONTRATADA deverá apresentar memórias de cálculo, tabelas e/ou curvas características de dimensionamento dos bancos de baterias demonstrando que atendem às autonomias solicitadas.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 – DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, ECONÔMICA E SOCIAL (NO QUE COUBER)

4.1.1 - PERSPECTIVA AMBIENTAL

A) Os possíveis impactos ambientais com a contratação são:

- Consumo excessivo e desnecessário de energia elétrica por falta de monitoramento ou diagnóstico das instalações ou por utilização de materiais ou equipamentos com elevado consumo;
- Contaminação ou liberação de substâncias nocivas por armazenagem, transporte ou descarte inadequado de componentes, pilhas, baterias e óleo lubrificante de máquinas.

B) As medidas para evitar os possíveis impactos ambientais, conforme previsto no item 10.3 Manutenção Predial, subitem 10.3.1 Energia Elétrica do Guia de Contratações Sustentáveis do MPF:

- realizar levantamento e monitorar, periodicamente, a situação das instalações elétricas e propor alterações necessárias para redução do consumo;
- Especificação de equipamentos e aparelhos que possuam o Selo Procel (Programa de Conservação de Energia Elétrica). O selo garante que o produto esteja entre os mais eficientes do mercado, ou seja, que gaste menos energia elétrica. Os equipamentos (fornecidos ou utilizados pela Contratada) deverão ser compatíveis com as instalações elétricas disponíveis nas dependências do CONTRATANTE e mantidos em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações civis e/ou hidráulicas e/ou elétricas da CONTRATANTE. Deverão, ainda, ser de reduzido consumo de energia e possuir fiação elétrica segura e em tamanho suficiente para seu uso adequado.
- Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas internas da Procuradoria da República em Pernambuco relativa à segurança e proteção ambiental, bem como as constantes de disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes.
- É de responsabilidade da CONTRATADA a disposição final responsável e ambientalmente adequada dos resíduos de qualquer natureza, após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, obedecendo ao disposto na Norma Brasileira ABNT NBR 10004:2004 e em conformidade com o respectivo acordo setorial, regulamento expedido pelo Poder Público ou termo de compromisso;
- Atender, no que lhe couber, as disposições previstas na Lei nº 12.305/2010, de 02 de agosto de 2010, (Política Nacional dos Resíduos Sólidos), e no Decreto nº 7.404/2010, de 23 de dezembro de 2010, que a regulamenta; sob pena de, independentemente da existência de culpa, ser obrigada a reparar eventuais danos causados, sem prejuízo das sanções cíveis e penais previstas em lei,

em especial daquelas fixadas na Lei 9.605/1998, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências;

- Proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, e a política de descarte do CONTRATANTE;
- Proceder ao recolhimento dos resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, bem como de pilhas, baterias e lâmpadas, conforme a Resolução Conama nº 401, de 4 de novembro de 2008, e a política de descarte do CONTRATANTE;
- Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e de energia elétrica, observadas as normas vigentes e a política socioambiental do órgão;
- A CONTRATADA deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, a fim de adotar as práticas sustentáveis no fornecimento dos bens e serviços.
- Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e triclouroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

4.1.2 - PERSPECTIVA ECONÔMICA

Para esta contratação não será utilizado o regramento contido no art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/2006, a respeito da participação exclusiva das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nos processos licitatórios destinados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista que o valor orçado supera o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ao ano. Além disto, a reserva de cota de 25%, da qual trata o art. 48, inciso III, da mesma lei, não é vantajosa para a Administração, uma vez que restringe a eficiência e segurança da gestão contratual, além da perda da economia de escala. Por outro lado, será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, pelo critério de desempate, na forma dos arts. 44 e 45 da lei 123/2006.

4.1.3 - PERSPECTIVA SOCIAL

4.1.3.1 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis do MPF. O fornecedor deverá declarar:

- a)** Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a CF/1988 em seu artigo 3º, inciso IV e no inciso I do artigo 5º, e nos artigos 38 e 39 da Lei 12.288/2010;
- b)** Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CF/1988;
- c)** Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170º da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), e no Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nºs 29 e 105.

4.2 – DOS REQUISITOS DE SEGURANÇA

4.2.1 - Comunicar à PRPE e às Unidades do MPF em Caruaru, Garanhuns, Serra Talhada e Petrolina, nas pessoas dos fiscais do contrato, os horários de execução dos serviços de manutenção preventiva, mediante informação dos dados da empresa, de seu responsável e dos

demais funcionários, que deverão estar devidamente uniformizados e identificados, munidos de todo equipamento individual de segurança necessário.

4.2.2 - As proteções, sinalizações e fechamentos necessários à execução dos serviços, ficarão a cargo da CONTRATADA, sendo responsável por qualquer prejuízo ou dano causado a pessoas ou ao patrimônio de terceiros, devendo os procedimentos e materiais - placas de sinalização e/ou cavaletes de proteção - estarem de acordo com a ABNT 16083/2012.

4.2.3 - Todos os materiais empregados nos serviços serão novos, com garantia, comprovadamente de primeira qualidade e satisfarão rigorosamente às normas técnicas da ABNT e demais normas e manuais aplicáveis.

4.2.4 - À CONTRATADA caberá a responsabilidade das execuções dos serviços objeto da contratação, bem como a utilização de equipamentos essenciais para realização dos serviços, inclusive os que garantam a segurança de seu pessoal (EPIs) e o fornecimento de todo o material e equipamentos necessários.

4.2.5 - Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho durante a execução dos serviços contratados.

4.2.6 - As PARTES se comprometem a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes, e, de forma específica para o CONTRATANTE, o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público.

4.3 - DOS REQUISITOS DA GARANTIA CONTRATUAL

Não se aplica.

4.4 - DOS REQUISITOS DA GARANTIA DO OBJETO

4.4.1 - Os **subitens 3.1.9 a 3.1.13**, relativos aos serviços de instalações elétricas, com exceção dos nobreaks e banco de baterias, terão garantia por sua solidez e segurança, pelo período mínimo de 05 (cinco) anos, a contar do seu recebimento definitivo, prevalecendo a garantia oferecida pelo prestador ou por fabricante se o prazo for superior, dentro do qual a CONTRATADA deverá refazer qualquer serviço, ou substituir qualquer material fornecido, que estejam em desacordo com as especificações técnicas ou que estejam desgastados antes do tempo, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

4.4.2 - Durante o funcionamento dos *nobreaks*, no período de "outsourcing", a CONTRATADA não poderá alegar dano a esses aparelhos em função de incidentes ocasionados pela infraestrutura elétrica do imóvel, pois a CONTRATADA é a responsável por instalar e readequar na fase inicial do contrato a infraestrutura elétrica destinada a esses equipamentos, e essa nova infraestrutura deve ser capaz de proteger os equipamentos de *nobreaks* contra situações adversas, tais como queda de energia, sobretensões, surtos elétricos, curtos-circuitos etc.

4.5 - DOS REQUISITOS TEMPORAIS

4.5.1 - O serviço de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA** deve ser executado em datas agendadas com a FISCALIZAÇÃO, no horário de expediente das Unidades Ministeriais (08 às 18h).

4.5.1.1 - A Manutenção Preventiva também poderá ser executada fora do expediente normal das unidades, desde que a FISCALIZAÇÃO solicite previamente, ou a empresa CONTRATADA firme acordo com a FISCALIZAÇÃO, por intermédio de notificação oficial. As manutenções preventivas deverão seguir a programação determinada pelo fabricante.

4.5.2 - A **MANUTENÇÃO CORRETIVA** deverá ser prestada pela empresa CONTRATADA, mediante chamado telefônico ou correio eletrônico, por ele indicado, dentro dos seguintes limites:

4.5.2.1 - O suporte técnico para atendimento de chamados deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana (24x7);

4.5.2.2 - A identificação dos problemas e a solução definitiva deverá ocorrer em, **no máximo:**

- **PR-PE: 24 horas;**
- **PRM Garanhuns: 48 horas;**

- **PRM Caruaru: 48 horas;**
- **PRM Serra Talhada: 72 horas;**
- **PRM Petrolina: 72 horas.**

4.5.3 - A cada atendimento (preventivo, corretivo ou apoio técnico) deverá ser emitido relatório técnico descrevendo as atividades realizadas, a situação do nobreak e a necessidade de troca de peças, em até 05 (cinco) dias úteis;

4.5.4 - Os responsáveis pela fiscalização e a equipe técnica responsável pela manutenção das instalações elétricas prediais e operação do sistema deverão receber treinamento básico para operação e conservação do sistema. O treinamento deverá ocorrer quando os nobreaks entram em operação e repetido com periodicidade anual.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 – DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DO OBJETO

UNIDADE MINISTERIAL	UNIDADE MINISTERIAL
PRPE	Avenida Agamenon Magalhães, 1800, bairro Espinheiro, Recife/PE – CEP 52.021-170
PRM CARUARU	Rua Professor Luis Bezerra de Vasconcelos, s/n, Bairro Universitário – Caruaru / PE – CEP: 55.014-838
PRM GARANHUNS/ARCOVERDE	Av. Idelfonso Lopes, 174 - Heliópolis - Garanhuns / PE - CEP: 55.296-230
PRM SERRA TALHADA	Rua Enock de Carvalho, 160 - AABB - Serra Talhada - PE - CEP: 56.912-250
PRM POLO PETROLINA/JUAZEIRO	Av. Presidente Tancredo Neves, 101, Centro - Petrolina / PE - CEP: 56.304-190

5.2 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

5.2.1 - A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de **Medição de Resultado (IMR)**, conforme aferição da qualidade da prestação dos serviços dispostos neste item.

5.2.2 - Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.2.2.1 - Não produziu os resultados acordados;

5.2.2.2 - Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

5.2.2.3 - Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.2.3 - A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

5.2.4 - A aplicação das glosas **não prejudica a aplicação de outras penalidades** a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, nos termos previstos em lei.

5.2.5 - As glosas previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com as penalidades previstas no contrato.

5.2.6 - O limite para aplicação das glosas previstas no Índice de Medição de Resultados (IMR) é de 5% do valor mensal do contrato.

5.2.7 - **Durante os primeiros 60 (sessenta) dias de contrato**, a título de carência, para que a CONTRATADA efetue os ajustes necessários à correta execução dos serviços, não serão aplicadas glosas no caso de o relatório apontar pontuação na faixa de glosa.

5.2.7.1 - A carência a que se refere o caput não será válida em caso de renovação contratual.

5.2.8 - **Não serão aplicadas glosas nos seguintes casos:**

5.2.8.1 - Fim da autonomia do banco de baterias em razão de falha no acionamento ou funcionamento do grupo motor-gerador;

5.2.8.2 - Falta de energia do nobreak em razão de ter ultrapassado a autonomia projetada do banco de baterias;

5.2.8.3 - Manutenção ou intervenção programadas do nobreak e/ou banco de baterias;

5.2.8.4 - Falha ou acidente de origem externa ao nobreak e/ou banco de baterias.

5.2.9 - Para efeito de aplicação de glosas são atribuídos graus e respectivos percentuais incidentes às infrações, os quais incidirão sobre o valor contratual mensal vigente conforme tabela de graduação abaixo.

SOMA TOTAL DOS PONTOS (MENSAL)	1 A 12 PONTOS	13 A 18 PONTOS	19 A 24 PONTOS	ACIMA DE 24 PONTOS
Glosa (%)	1%	2%	4%	5%

5.2.10 - A pontuação será aferida através de registros (falhas) levantados pela fiscalização do contrato, após a apuração das ocorrências junto à CONTRATADA.

5.2.11 - Apurada a desconformidade na prestação dos serviços será atribuído uma pontuação conforme tabela abaixo:

AVALIAÇÃO MENSAL DO IMR			
Período da Avaliação:			
QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS PELO FISCAL TÉCNICO EM CADA UNIDADE			
Item	Infração	Ponto	Incidência
1	Não realizar a instalação dos nobreaks de acordo com os prazos estabelecidos no cronograma do subitem 5.4.2	3	Por dia
2	Não entregar o laudo técnico no prazo de 5 (cinco) dias após realização do atendimento.	2	Por dia
3	Não realizar o atendimento a chamado técnico no prazo de 4 (quatro) horas.	1	Por hora
4	Evento de falta do fornecimento de energia do nobreak.	4	Por evento
5	Período de falta do fornecimento de energia do nobreak, após 24 horas de interrupção contínua, para a unidade da PR-PE.	2	Por dia
6	Período de falta do fornecimento de energia do nobreak, após 48 horas de interrupção contínua, para as unidades da PRM-Garanhuns e PRM-Caruaru.	2	Por dia
7	Período de falta do fornecimento de energia do nobreak, após 72 horas de interrupção contínua, para as unidades da PRM-Serra Talhada e PRM-Petrolina.	2	Por dia
8	Não realizar a substituição dos equipamentos solicitados, em atendimento aos subitens 5.4.7 e 5.4.25 , no prazo de 30 (trinta) dias.	3	Por dia
JUSTIFICATIVAS (relacionar para cada um dos itens pontuados, a data da ocorrência que deu causa ao desconto e outras observações relevantes)			
Ocorrência/Justificativa		Data	Pontuação
Total Pontuação			

RESUMO	
Percentual a ser descontado	
Valor a ser descontado	
Valor do Contrato Mensal	
Valor a ser faturado Mensal	

5.2.12 - A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

5.2.12.1 - O período de apuração será mensal, coincidindo com o período de faturamento;

5.2.12.2 - Considerando o grande rol de rotinas de serviço a cargo do contrato, o IMR foi elaborado com base no critério de amostragem, sendo utilizadas como parâmetro aquelas que representam a parcela mais relevante dos serviços;

5.2.12.3 - Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos no IMR, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada, de acordo com as regras previstas neste instrumento, no Edital e demais;

5.2.12.4 - Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico e os fiscais setoriais do Contrato deverão apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no **subitem 5.2.11**, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao fiscal administrativo do contrato;

5.2.12.5 - **Cabe ao fiscal técnico do contrato e os fiscais setoriais em cada PRM:**

a) **até o terceiro dia útil do mês seguinte ao mês de observação da análise do desempenho**, preencher a planilha do Instrumento de Medição do Resultado, descrevendo resumidamente a ocorrência e apurando a pontuação a ser aplicada;

b) Comunicar formalmente a empresa contratada sobre o IMR e solicitar justificativa ou resolução da demanda;

c) **A empresa Contratada poderá apresentar, no prazo de 3 (três) dias úteis, após o recebimento da planilha do IMR**, justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização, desde que comprovada documentalmente a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da Contratada;

d) **Após recebimento da justificativa da empresa contratada, o fiscal técnico, no prazo de 03 (três) dias úteis**, deverá emitir relatório com o resultado do IMR enviando uma cópia para o fiscal administrativo e outra para a empresa contratada.

5.2.12.6 - Cabe ao fiscal administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do relatório do resultado do IMR, **elaborar planilha condensando** os resultados de todos os IMRs dos postos, das possíveis glosas por faltas totais ou parciais dos empregados e de eventuais ajustes incidentes no contrato, e encaminhar à contratada;

5.2.12.6.1 - As glosas apuradas no IMR incidirão sobre o valor bruto do preço mensal, antes da incidência de eventuais descontos apurados sobre faltas e atrasos previstos neste item;

5.2.12.6.2 - Quando houver glosa, a empresa deve ser informada do valor a ser incluído nas Notas Fiscais de Serviço do mês seguinte à avaliação.

5.2.13 - A avaliação será feita separadamente para cada unidade (Procuradoria da República/PE e em cada uma das Procuradorias das Repúblicas nos municípios).

5.2.14 - O IMR deverá ser aplicado até o penúltimo mês de execução do contrato.

5.3 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

5.3.1 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização da prestação dos serviços envolve o acompanhamento de equipe multidisciplinar e requer a participação de setores diversos em suas etapas, assim divididos:

5.3.1.1 – O “Item 1” até o “Item 9” indicados no **quadro abaixo**, relativos ao serviço locação (*outsourcing*) dos equipamentos, serão acompanhados e fiscalizados pela Coordenação Administrativa de cada unidade.

5.3.1.2 – O “Item 10” até o “Item 14” indicados no **quadro abaixo**, relativos ao serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias, serão fiscalizados pela Divisão de Engenharia e Arquitetura (DEA/PRPE).

5.3.1.3 – O “Item 10” até o “Item 14” indicados no **quadro abaixo**, relativo à remoção e desfazimento dos atuais nobreaks de patrimônio da Contratante, serão fiscalizados pela SELOG e Coordenação Administrativa de cada unidade.

SERVIÇO	QTDE OCORRÊNCIAS
Item 1 - Locação (<i>outsourcing</i>) mensal de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 20kVA , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 5 (cinco) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação. A ser instalado na PR-PE (Recife) .	60 MESES
Item 2 - Locação (<i>outsourcing</i>) mensal de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 20kVA , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 5 (cinco) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação. A ser instalado na PR-PE (Recife) .	60 MESES
Item 3 - Locação (<i>outsourcing</i>) mensal de 1 (um) nobreak monofásico online dupla conversão 5kVA , 220V, banco de baterias com autonomia de 20 (vinte) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação. A ser instalado na PRM-Garanhuns .	60 MESES
Item 4 - Locação (<i>outsourcing</i>) mensal de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 12kVA , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 5 (cinco) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação. A ser instalado na PRM-Caruaru .	60 MESES
Item 5 - Locação (<i>outsourcing</i>) mensal de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 10kVA , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 5 (cinco) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação. A ser instalado na PRM-Caruaru .	60 MESES
Item 6 - Locação (<i>outsourcing</i>) mensal de 1 (um) nobreak monofásico online dupla conversão 5kVA , 220V, banco de baterias com autonomia de 15 (quinze) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação. A ser instalado na PRM-Serra Talhada .	60 MESES
Item 7 - Locação (<i>outsourcing</i>) de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 10kVA , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 15 (quinze) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação. A ser	60 MESES

instalado na PRM-Serra Talhada .	
Item 8 - Locação (<i>outsourcing</i>) mensal de 1 (um) nobreak monofásico online dupla conversão 5kVA , 220V, banco de baterias com autonomia de 15 (quinze) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação. A ser instalado na PRM-Petrolina .	60 MESES
Item 9 - Locação (<i>outsourcing</i>) mensal de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 10kVA , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 15 (quinze) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação. A ser instalado na PRM-Petrolina .	60 MESES
Item 10 - Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PR-PE (Recife), conforme projeto de referência (ANEXOS A3 e A4).	1 UN
Item 11 - Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreak e seu banco de baterias na PRM-Garanhuns, conforme projeto de referência (ANEXOS A3 e A4).	1 UN
Item 12 - Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PRM-Caruaru, conforme projeto de referência (ANEXOS A3 e A4).	1 UN
Item 13 - Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PRM-Serra Talhada, conforme projeto de referência (ANEXOS A3 e A4).	1 UN
Item 14 - Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PRM-Petrolina, conforme projeto de referência (ANEXOS A3 e A4).	1 UN

5.3.2 - Em conformidade com o inciso I, do art. 140, da Lei nº 14.133/2021, executado o contrato, a contratante receberá o objeto em duas etapas:

5.3.2.1 - Provisoriamente, no prazo de **03 (três) dias**, contado a partir da entrega dos relatórios pertinentes às manutenções do mês correspondente, a serem avaliados e aceites pelos Fiscais Técnicos, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

5.3.2.2 - Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em até **05 (cinco) dias** corridos, a contar do recebimento provisório, para a verificação da adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação.

5.3.3 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato ou outros prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.3.4 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo acordado entre as partes, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas toda as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.4 – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇOS

5.4.1 – ORDEM DE SERVIÇO

Após a assinatura do contrato, a Contratante se reserva ao direito de emitir a Ordem de Serviço de forma imediata para todas as cinco unidades previstas no objeto ou apenas para algumas, caso em que as unidades remanescentes terão o seu posterior início autorizado mediante disponibilidade orçamentária.

5.4.1.1 – Cada unidade terá seu início e fiscalização de forma independente das demais.

5.4.1.2 – O pagamento inicial do serviço de instalação e o pagamento mensal da locação serão individuais para cada unidade (ver **subitens 7.1 e 7.2**), para que eventual incidente com alguma das unidades não venha a reter ou inviabilizar o pagamento das demais unidades que estejam cumprindo normalmente os deveres técnicos estabelecidos neste instrumento e anexos.

5.4.2 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

5.4.2.1 - A **Programação de Manutenções** deverá seguir as determinações e orientações do fabricante do nobreak, e ser planejada de forma personalizada para cada unidade, em função das suas condições ambientais e particularidades (alta exposição a poeira, umidade ou calor excessivo).

5.4.2.2 - A prestação dos serviços em cada unidade deverá ter início em data ou prazo fixado em Ordem de Serviço, conforme **cronograma de execução** abaixo.

ITEM	SERVIÇO	PRAZO
ENTREGA DOS NOBREAKS EM TODOS OS LOCAIS		
1	Entrega no endereço da PR-PE de 2 (dois) nobreaks trifásicos de 20 kVA e respectivo banco de baterias (subitem 3.1.1)	Até 45 dias após Ordem de Serviço
2	Entrega no endereço da PRM-Garanhuns de 1 (um) nobreak monofásico de 5 kVA e respectivo banco de baterias (subitem 3.1.2)	Até 45 dias após Ordem de Serviço
3	Entrega no endereço da PRM-Caruaru de 1 (um) nobreak trifásico de 12 kVA e respectivo banco de baterias (subitem 3.1.3) e de um nobreak trifásico de 10 kVA e respectivo banco de baterias (subitem 3.1.4)	Até 45 dias após Ordem de Serviço
4	Entrega no endereço da PRM-Serra Talhada de 1 (um) nobreak monofásico de 5 kVA e respectivo banco de baterias (subitem 3.1.5) e de um nobreak trifásico de 10 kVA e respectivo banco de baterias (subitem 3.1.6)	Até 45 dias após Ordem de Serviço
5	Entrega no endereço da PRM-Petrolina de 1 (um) nobreak monofásico de 5 kVA e respectivo banco de baterias (subitem 3.1.7) e de um nobreak trifásico de 10 kVA e respectivo banco de baterias (subitem 3.1.8)	Até 45 dias após Ordem de Serviço
PR-PE		
6	Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PR-PE (subitem 3.1.9)	Até 15 dias após finalização dos itens 1 a 5.
7	Treinamento básico para operação e conservação dos nobreaks instalados na PR-PE (subitem 3.1.21)	Até 15 dias após finalização dos itens 1 a 5.
8	Serviço de locação de 2 (dois) nobreaks trifásicos de 20 kVA e respectivo banco de baterias na PR-PE (subitem 3.1.1)	Imediatamente após a finalização do item 7, se estendendo por até 60 meses.
PRM GARANHUNS		
9	Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreak e seu banco de baterias na PRM-Garanhuns (subitem 3.1.10)	Até 7 dias após finalização do item 7.
10	Treinamento básico para operação e conservação do nobreak instalado na PRM-Garanhuns (subitem 3.1.21)	Até 7 dias após finalização do item 7.
11	Serviço de locação de 1 (um) nobreak monofásico de 5 kVA e respectivo banco de baterias na PRM-	Imediatamente após a finalização

ITEM	SERVIÇO	PRAZO
	Garanhuns (subitem 3.1.2)	do item 10, se estendendo por até 60 meses.
PRM CARUARU		
12	Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PRM-Caruaru (subitem 3.1.11)	Até 7 dias após finalização do item 10.
13	Treinamento básico para operação e conservação dos nobreaks instalados na PRM-Caruaru (subitem 3.1.21)	Até 7 dias após finalização do item 10.
14	Serviço de locação de 1 (um) nobreak trifásico de 12 kVA e respectivo banco de baterias (subitem 3.1.3) e de um nobreak trifásico de 10 kVA e respectivo banco de baterias (subitem 3.1.4) na PRM-Caruaru	Imediatamente após a finalização do item 13, se estendendo por até 60 meses.
PRM SERRA TALHADA		
15	Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PRM-Serra Talhada (subitem 3.1.12)	Até 15 dias após finalização do item 13.
16	Treinamento básico para operação e conservação dos nobreaks instalados na PRM-Serra Talhada (subitem 3.1.21)	Até 15 dias após finalização do item 13.
17	Serviço de locação de 1 (um) nobreak monofásico de 5 kVA e respectivo banco de baterias (subitem 3.1.5) e de um nobreak trifásico de 10 kVA e respectivo banco de baterias (subitem 3.1.6) na PRM-Serra Talhada	Imediatamente após a finalização do item 16, se estendendo por até 60 meses.
PRM PETROLINA		
18	Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreak e seus bancos de baterias na PRM-Petrolina (subitem 3.1.13)	Até 15 dias após finalização do item 16.
19	Treinamento básico para operação e conservação dos nobreaks instalados na PRM-Petrolina (subitem 3.1.21)	Até 15 dias após finalização do item 16.
20	Serviço de locação de 1 (um) nobreak monofásico de 5 kVA e respectivo banco de baterias (subitem 3.1.7) e de um nobreak trifásico de 10 kVA e respectivo banco de baterias (subitem 3.1.8) na PRM-Petrolina	Imediatamente após a finalização do item 19, se estendendo por até 60 meses.

Etapa	Prazo em Dias / Meses (a contar da emissão da Ordem de Serviço)						
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	...	Mês 59	Mês 60
1	45 dias						
2	45 dias						
3	45 dias						
4	45 dias						
5	45 dias						
6		15 dias					
7		15 dias					
8			Até o limite de 60 meses				
9			7				

			dias					
10			7 dias					
11				Até o limite de 60 meses				
12			7 dias					
13			7 dias					
14				Até o limite de 60 meses				
15				15 dias				
16				15 dias				
17					Até o limite de 60 meses			
18					15 dias			
19					15 dias			
20						Até o limite de 60 meses		

5.4.3 - As datas para realização dos serviços indicados nos cronogramas de execução serão definidas entre as partes, podendo ser alteradas em razão de conveniência e oportunidade pelo CONTRATANTE.

5.4.4 - Está previsto que os serviços possam ser executados em qualquer dia da semana, inclusive sábados, domingos ou feriados, em horário comercial (8h00 às 18h00) e/ou em horário não comercial (18h00 às 8h00).

5.4.5 - Será considerada como data de início para fins de pagamento dos serviços de locação, **subitens 3.1.1 a 3.1.8**, a data quando iniciar a operação do nobreak, ou seja, quando o nobreak estiver apto a iniciar o fornecimento de energia ininterrupta às instalações elétricas do CONTRATANTE.

5.4.6 - Todos os materiais e equipamentos (nobreaks, baterias, armários, painéis, dispositivos de proteção, chaves, seccionadoras, sinalizadores etc.) fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso e não reconicionados ou remanufaturados.

5.4.7 - O CONTRATANTE poderá recusar os equipamentos que apresentarem especificações inferiores às solicitadas. Neste caso, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição no prazo de até 30 (trinta) dias.

5.4.8 - A CONTRATADA deverá emitir **laudo técnico** relatando acerca do serviço de instalação, condições e estado de operação dos nobreaks e bancos de baterias e segurança das instalações em **até 5 (cinco) dias úteis após a data da instalação**.

5.4.9 - Os serviços de manutenção que exigirem ou tiverem risco de interrupção do fornecimento de energia deverão ser executados em dias que não são úteis (sábado, domingo ou feriado). Por motivo de conveniência e oportunidade, o CONTRATANTE poderá optar por executá-los em dias úteis (segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira ou sexta-feira). Está prevista a execução dos serviços em horário comercial (8h00 às 18h00) e/ou em horário não comercial (18h00 às 8h00).

5.4.10 - A CONTRATADA deverá confirmar com antecedência mínima de 7 (sete) dias a data da realização da manutenção ou intervenção programada no nobreak, devendo informar sobre a necessidade de desligamento do equipamento ou das instalações prediais e da desenergização das cargas ligadas ao nobreak.

5.4.11 - A CONTRATADA deverá apresentar laudo técnico relatando acerca dos serviços executados, condições e estado de operação do nobreak e banco de baterias e segurança das instalações em até 5 (cinco) dias úteis após a realização do serviço de instalação, manutenção preventiva, preditiva ou corretiva.

5.4.12 - A CONTRATADA deverá manter durante todo o período de contratação a autonomia exigida para o banco de baterias com 100% de carga do nobreak.

5.4.13 - O CONTRATANTE poderá solicitar a comprovação da autonomia do banco de baterias à CONTRATADA mediante entrega do memorial de cálculo do dimensionamento, bem como através da realização de teste de descarga das baterias.

- 5.4.14** - A CONTRATADA deverá garantir a continuidade do serviço através do pleno funcionamento do nobreak em regime de 24 horas por dia durante os 7 dias da semana (24x7).
- 5.4.15** - A CONTRATADA deverá disponibilizar número de telefone local ou gratuito e e-mail para abertura de chamados técnicos. Complementarmente, os chamados técnicos poderão ser abertos por sistema web ou aplicativo para smartphone.
- 5.4.16** - Os chamados técnicos deverão ser registrados em Ordem de Serviço com numeração própria descrevendo a data e hora da abertura e conclusão do chamado, pedidos da solicitação, serviços executados, relato dos problemas, diagnóstico das falhas, peças substituídas e estado de funcionamento do nobreak e banco de baterias.
- 5.4.17** - Os chamados técnicos poderão ser abertos pela CONTRATADA, manualmente ou de forma ou automática, ou por solicitação do CONTRATANTE.
- 5.4.18** - Após a abertura do chamado técnico, o prazo para que o atendimento seja realizado é de **até 4 (quatro) horas**.
- 5.4.19** - O atendimento técnico poderá ser prestado de forma presencial ou remotamente. As opções para o atendimento remoto incluem o sistema de gerenciamento do nobreak, contato telefônico ou videochamada.
- 5.4.19.1** - No âmbito do atendimento remoto, o CONTRATANTE poderá prestar auxílio à CONTRATADA no diagnóstico de problemas. Esse auxílio estará restrito à execução de operações básicas, com preferência àquelas apresentadas no treinamento inicial. As operações não devem, em nenhuma circunstância, comprometer ou colocar em risco a integridade física do executante nem requerer a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).
- 5.4.19.2** - No âmbito do atendimento remoto, qualquer operação solicitada para que seja executada pelo CONTRATANTE será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
- 5.4.19.3** - Caso a solução remota para o problema não seja viável, a CONTRATADA deverá realizar o atendimento presencial no local de instalação do nobreak.
- 5.4.20** - O prazo para solução dos problemas que causem a indisponibilidade de energia é de **até 24 (vinte e quatro) horas**, contado a partir do início da interrupção do fornecimento de energia, para a unidade da **PR-PE**.
- 5.4.21** - O prazo para solução dos problemas que causem a indisponibilidade de energia é de **até 48 (quarenta e oito) horas**, contado a partir do início da interrupção do fornecimento de energia, para as unidades da **PRM-Garanhuns e PRM-Caruaru**.
- 5.4.22** - O prazo para solução dos problemas que causem a indisponibilidade de energia é de **até 72 (setenta e duas) horas**, contado a partir do início da interrupção do fornecimento de energia, para as unidades da **PRM-Serra Talhada e PRM-Petrolina**.
- 5.4.23** - O prazo para solução dos problemas que **não** causem a indisponibilidade de energia é de **até 10 (dez) dias**, contado a partir da abertura do chamado técnico.
- 5.4.24** - O problema poderá ser solucionado com a substituição por novo equipamento que atenda às especificações solicitadas.
- 5.4.25** - Em caso de reincidência de falha que resulte na indisponibilidade de energia ou que traga riscos às instalações ou às pessoas, devido à mesma causa ou à causa não identificada, o CONTRATANTE poderá solicitar a substituição do nobreak ou do banco de baterias.
- 5.4.25.1** - A substituição deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do pedido de substituição.
- 5.4.26** - A CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE acesso (login e senha) ao sistema de gerenciamento remoto dos nobreak no prazo de até 30 (trinta) dias após instalação do nobreak.
- 5.4.27** - A CONTRATADA deverá fornecer documentação que comprove o descarte ambientalmente correto dos resíduos, atendendo a todos os requisitos estabelecidos em legislação ambiental.
- 5.4.28** - Às falhas na prestação dos serviços serão aplicadas Glosas, conforme estabelecido no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).
- 5.4.29** - Fazem parte da presente especificação, no que forem aplicáveis, as normas dos fabricantes, bem como as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- 5.4.30** - A CONTRATADA deverá zelar pela integridade física das instalações, devendo reportar imediatamente à FISCALIZAÇÃO sempre que forem verificadas infiltrações, corrosões e outras avarias que possam prejudicar o perfeito funcionamento e/ou a vida útil dos nobreaks e suas instalações.

5.4.31 – A inobservância das presentes especificações técnicas implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo o CONTRATADO refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 – O(s) contrato(s) deverá(ão) ser executado(s) fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.1.2 – A contratante exercerá adequadamente a fiscalização e o acompanhamento efetivo e permanente da execução da contratação, designando, em conformidade com o disposto no art. 117, da Lei nº 14.133/2021, 1 (um) ou mais fiscais da contratação, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º, da Lei nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, observando-se, ainda, as regras dos § 1º, 2º, 3º e 4º do referido artigo, observando-se, ainda, o constante na Portaria MPU nº 28/2023.

6.1.2.1 – O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.1.2.2 – O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.1.2.3 – Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.1.2.4 – O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.1.2.5 – No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.1.3 – O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto da contratação, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

6.1.4 – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.5 – As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.6 – O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.7 – Após a assinatura do contrato, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para tratar acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.2 – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTE

6.2.1 – Deverão ser observadas as regras constantes no contrato, quanto às alterações e reajustes contratuais.

6.3 – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.3.1 – Será permitida a subcontratação do objeto licitado para a execução dos serviços de adequação das instalações elétricas, instalação, desinstalação e manutenção de nobreaks, após a devida avaliação prévia do CONTRATANTE, devendo atender às seguintes exigências:

6.3.1.1 – A CONTRATADA poderá subcontratar os serviços de locação de nobreak e seus bancos de baterias (**subitens 3.1.2 a 3.1.8**) em, no máximo, 3 (três) das

PRMs. Contudo, a subcontratação **é vedada para o posto da PRPE (Recife) e para mais 1 (uma) PRM a ser escolhida pela CONTRATADA.** Nesses dois postos específicos, a equipe de manutenção deverá ser composta integralmente por colaboradores do quadro próprio da empresa CONTRATADA.

6.3.1.2 - A CONTRATADA poderá subcontratar os serviços de adequação das instalações elétricas (**subitens 3.1.9 a 3.1.13**) em todas as unidades, desde que executada por pessoa jurídica experiente em construção civil ou instalações elétricas, a ser comprovada durante a execução do contrato.

6.3.1.3 - Subcontratação de partes do objeto não dispensa a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais e contratuais.

6.3.1.4 - Responderá a CONTRATADA perante a Administração pela parte que subcontratou.

6.3.1.5 - Os serviços especializados a cargo da empresa SUBCONTRATADA serão coordenados pela CONTRATADA de modo a proporcionar o atendimento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob sua responsabilidade o cumprimento das obrigações contratuais.

6.3.1.6 - A proposta de subcontratação deverá ser apresentada por escrito e, somente após a aprovação da FISCALIZAÇÃO, os serviços a serem realizados pela SUBCONTRATADA poderão ser iniciados.

6.3.1.7 - Os serviços SUBCONTRATADOS, caso não satisfaçam o projeto, serão impugnados pela FISCALIZAÇÃO, cabendo à CONTRATADA todo o ônus decorrente de sua reexecução direta ou por empresa devidamente qualificada e capacitada.

6.3.1.8 - A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE o vínculo contratual formal assinado com a sua SUBCONTRATADA, que terá a obrigação de apresentar comprovação de vínculo empregatício de todos os funcionários que prestarão serviço nas dependências do edifício, cópia do RG de cada funcionário que permanecerá nas dependências do edifício, mesmo que seja para visitas temporárias de fiscalização/vistoria.

6.3.1.9 - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

6.3.1.10 - A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

6.3.1.11 - O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

6.3.1.11.1 - comprovação pela empresa SUBCONTRATADA, em possuir profissional contratado ou integrante de seu quadro permanente, devidamente habilitado pelo respectivo Conselho de Classe competente e detentor de responsabilidade técnica pela execução de obra ou serviço de características e quantidades compatíveis ao objeto desta licitação, ou seja, Certidão de Acervo Técnico do profissional - CAT, emitida pelo respectivo Conselho de Classe competente, que comprove a anterior execução de serviços, que reúna características similares, qual seja:

- **Serviço de manutenção de nobreak trifásico com potência mínima de 10 kVA por um prazo mínimo de 12 meses contínuos.**

6.3.1.11.2 - A comprovação do vínculo dos profissionais com a empresa SUBCONTRATADA dar-se-á mediante: (A) apresentação da CTPS do profissional, ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido, no caso do profissional ser funcionário da empresa subcontratada; ou (B) apresentação do contrato social e/ou ata de eleição da diretoria, no caso do profissional pertencer ao quadro societário da empresa subcontratada; ou (C) apresentação do contrato de prestação de serviços ou (D) declaração de compromisso de vinculação contratual futura, quando o profissional não for integrante do quadro permanente da empresa subcontratada.

6.3.1.12 - É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

6.3.1.13 - Apenas os **subitens de 3.1.9 a 3.1.13** (readequação das instalações elétricas) poderá haver a subcontratação em todas as 05 (cinco) unidades objeto dessa contratação.

6.3.2 - Conforme exposto anteriormente, a gestão da contratação deverá ser mantida sob responsabilidade de uma única empresa, contudo, isto não impede que a empresa contratada terceirize esses serviços por meio de subcontratação, desde que permaneça sob sua responsabilidade a obrigação de fornecer a solução completa.

6.3.3 - Portanto, **a contratação se dará por LOTE**, uma vez que os serviços se relacionam e complementam-se, de forma que sua divisão causaria prejuízo para o conjunto e qualidade do serviço, além de perda de economia de escala, o que impõe a contratação por conjunto de serviços.

6.4 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.4.1 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Além das exigências deste Termo de Referência, abaixo relacionadas, a contratante ficará obrigada às exigências constantes no Contrato, bem como nas demais condições e normas legais aplicáveis:

- a)** proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao cumprimento do objeto da contratação, inclusive, permitir o livre acesso dos profissionais da contratada às dependências dos prédios para a entrega do objeto contratado, respeitadas as normas de segurança estabelecidas pelo contratante e aquelas contidas nesta contratação e em diplomas legais específicos;
- b)** fornecer as orientações, dados e informações técnicas de sua responsabilidade, necessárias ao cumprimento do objeto da contratação e prestar quaisquer esclarecimentos adicionais relevantes ao cumprimento adequado da contratação;
- c)** acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e a execução dos serviços, por meio de um servidor especialmente designado, fazendo as anotações e registros de todas as ocorrências e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, e ainda propor aplicações de penalidades e a rescisão do contrato, caso a empresa desobedeça à qualquer das cláusulas estabelecidas neste Termo de Referência;
- d)** pagar, em conformidade com o contrato, a importância correspondente ao serviço prestado;
- e)** exigir, a qualquer tempo, a seu critério, a comprovação das condições de habilitação da empresa que ensejaram sua contratação;
- f)** relacionar-se com a empresa exclusivamente por meio de pessoa por ela credenciada;
- g)** conferir, vistoriar e aprovar os materiais de uso da empresa, acompanhadas da relação, discriminando quantidades, espécie, peso, volume;
- h)** instruir a empresa acerca das normas de segurança e prevenção contra incêndios implantadas nas unidades do Ministério Público Federal.

6.4.2 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das exigências deste Termo de Referência, abaixo relacionadas, a contratada ficará obrigada às exigências constantes no Contrato, bem como nas demais condições e normas legais aplicáveis:

- a)** prestar os serviços em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência e em sua proposta;
- b)** respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da contratante;
- c) manter preposto** junto à CONTRATANTE, aceito pela respectiva Fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente na execução do contrato, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante comunicação formal, além de manter os seus funcionários devidamente identificados quando em cumprimento do objeto deste Termo de Referência nas dependências do contratante;

- d)** comunicar à CONTRATANTE toda e qualquer alteração relativa à contratada, inclusive razão social, endereço, telefone, e-mail, etc.;
- e)** com fulcro no art. 5º e parágrafos, da Lei nº 11.419/2006, manter atualizado e informar à contratante endereço de e-mail eletrônico, por meio do qual poderão ser realizadas as comunicações, intimações e notificações, devendo estar a CONTRATADA ciente dos prazos constantes na referida lei, bem como estar ciente de que se sujeitará à remessa das respectivas manifestações por via eletrônica;
- f)** acatar as exigências da fiscalização do MPF com relação aos serviços, dias e horários, na execução dos serviços contratados;
- g)** comunicar à Administração do CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- h)** responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- i)** arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado;
- j)** fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;
- k)** manter os empregados uniformizados e devidamente identificados por meio do uso de crachás (com fotografia recente) e de forma condizente com o serviço a executar, para se apresentarem dentro dos padrões de eficiência e segurança recomendáveis;
- l)** assumir toda a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados, inclusive para atendimento em casos de emergência;
- m)** fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, conforme o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los;
- n)** fornecer à FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE lista atualizada dos profissionais que executarão os serviços em fins de semana, feriados e períodos noturnos nos casos de falha no sistema que caracterizem situação emergencial;
- o)** prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Administração atendendo prontamente todas as reclamações;
- p)** refazer os serviços que, a juízo do representante do CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;
- q)** prestar os serviços com fornecimento de todas as peças, componentes e acessórios novos, com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade dos originais/genuínos dos respectivos fabricantes;
- r)** deverão ser adotadas pela CONTRATADA as recomendações dos fabricantes e as instruções constantes de normas técnicas, indicadas para a elevação da vida útil e melhoria do rendimento dos equipamentos;
- s)** zelar pela integridade física das instalações, devendo reportar imediatamente à FISCALIZAÇÃO sempre que forem verificadas infiltrações, corrosões e outras avarias que possam prejudicar o perfeito funcionamento e/ou a vida útil dos nobreaks e suas instalações;
- t)** manter, por sua conta exclusiva, em companhia seguradora de idoneidade reconhecida, todos os seguros exigidos por lei, além dos de responsabilidade civil e de pessoal, dos equipamentos e veículos que utilizar na prestação dos serviços, com vigência durante todo o período contratual, sendo a única responsável por quaisquer danos que venha sofrer, ou que venham sofrer os seus empregados, prepostos e terceiros, independentemente de dolo ou culpa, decorrentes de sinistros ocorridos durante a execução e/ou em razão da execução dos serviços, nas dependências, instalações, materiais e equipamentos do CONTRATANTE;
- u)** responsabilizar-se pela salvaguarda da integridade física do seu pessoal e de terceiros, bem como de seus bens materiais, sendo de sua exclusiva responsabilidade a adoção de todas as medidas de segurança contra acidentes que impliquem em risco de vida ou danos materiais. Para tal, a CONTRATADA deverá cumprir fielmente o estabelecido na legislação em vigor no que concerne à segurança do trabalho, bem como à obediência a todas as normas que devam ser adotadas, ficando, em consequência, por sua conta e responsabilidade qualquer dano que venha a ocorrer;

- v)** responder por perdas e danos que vier a sofrer o CONTRATANTE ou terceiros, em razão de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, garantido o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável, ressarcindo a CONTRATANTE no prazo estipulado em notificação administrativa, sob pena de multa;
- w)** adotar providências no sentido de manter os seus empregados informados, em conformidade com os termos do Contrato, das obrigações relativas à rotina de trabalho, inclusive as informações a respeito dos equipamentos, componentes, peças e acessórios fornecidos, podendo o CONTRATANTE exigir da CONTRATADA que estabeleça procedimentos administrativos visando a melhoria e o aprimoramento da rotina de trabalho e da qualidade dos serviços;
- x)** arcar com a responsabilidade técnica e financeira para a execução de todos os testes necessários para comprovar o desempenho dos serviços executados, na presença do fiscal do contrato, caso seja solicitado pela CONTRATANTE;
- y)** responsabilizar-se por eventuais indenizações devidas em decorrência, direta e/ou indireta, dos serviços prestados pela CONTRATADA, independentemente da prova do dolo ou culpa;
- z)** levar em conta todas as precauções e zelar, permanentemente, para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, cabendo-lhe, exclusivamente, todo o ônus para a reparação de eventuais danos causados;
- aa)** usar tão somente peças e componentes novos, originais, com garantia;
- bb)** seguir rigorosamente as Normas Técnicas da ABNT, as orientações do fabricante dos equipamentos e as legislações pertinentes e aplicáveis;
- cc)** não ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros e servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento do Ministério Público da União, sob pena de rescisão contratual;
- dd)** manter, durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação;
- ee)** São expressamente vedadas à CONTRATADA, sob pena de rescisão contratual, a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;
- ff)** À CONTRATADA cabe, ainda, assumir a responsabilidade por:
- todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
 - todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
 - todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
 - encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;
 - a inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos estabelecidos não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

6.5 - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

6.5.1 - Observar as regras constantes no contrato.

6.6 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.6.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.6.2 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

6.6.2.1 - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

6.6.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

6.6.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.6.2.4 - Multas:

6.6.2.4.1 – Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

6.6.2.4.2 – Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem **6.6.1**, de 15% a 30% do valor do Contrato.

6.6.2.4.3 – Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "a" a "d" do subitem **6.6.1**, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

6.6.3 - A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.6.4 - Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.6.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.6.4.2 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exista, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.6.4.3 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.6.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.6.5.1 - Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

6.6.5.2 - Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

6.6.6 - Na aplicação das sanções serão considerados os critérios, circunstâncias e procedimentos para a dosimetria previstos na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/2023, e no art.156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei nº 14.133, de 2021 e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

6.6.8 - A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos previstos no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021, e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013).

6.6.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.6.9.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

6.6.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

6.6.11 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros Contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

6.6.12 - O disposto na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/2023, será considerado no procedimento preliminar e no processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.7 - DA CESSÃO DE CRÉDITO

6.7.1 - As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

6.7.1.1 - A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

6.7.1.2 - Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

6.7.1.3 - O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

6.7.1.4 - A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

6.7.2 - O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por estas regidas.

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 - O pagamento inicial do contrato poderá realizado por etapas, da seguinte forma:

7.1.1 - Os itens 10 a 14 do quadro disposto no subitem 5.3.1 poderão ser faturados pela empresa, após aceite e aprovação pela Divisão de Engenharia e Arquitetura (DEA/PRPE);

7.1.2 - Os itens de 1 a 9 do quadro disposto no subitem 5.3.1 terão o seu primeiro faturamento após o decurso de 30 (trinta) dias, após o aceite da instalação dos nobreaks e início do seu funcionamento, e estão condicionados à entrega de: relatório de monitoramento remoto 24x7 (**subitens 3.1.19 e 4.6.3**); relatório de manutenção corretiva ou de apoio técnico se houver (**subitens 3.1.16, 3.1.18 e 4.6.3**);

7.1.3 - A critério da Contratante, o primeiro faturamento (subitem 7.1.2) poderá ocorrer em prazo inferior a 30 dias, cujo valor será "pró-rata", proporcional aos dias de efetivo funcionamento;

7.2 - O pagamento mensal dos itens 1 a 9 (descritos no subitem 5.3.1) ocorrerá da seguinte forma:

7.2.1 - A critério da Contratante, os pagamentos mensais serão realizados por Notas Fiscais separadas para cada unidade, e levará em consideração o Índice de Medição de Resultados (IMR);

7.2.1 - Os pagamentos mensais de cada unidade estão condicionados à entrega de: relatório de monitoramento remoto 24x7 (**subitens 3.1.19 e 4.6.3**); relatório de manutenção corretiva/apoio técnico se houver (**subitens 3.1.16, 3.1.18 e 4.6.3**); relatório de manutenção preventiva e/ou preditiva, quando o mês coincidir com o calendário do Programa de Manutenção (**subitens 4.6.3 e 5.4.2.2**).

7.3 - O contratante pagará à contratada os valores correspondentes aos serviços efetivamente executados, por meio de depósito na conta-corrente da CONTRATADA, mediante ordem bancária emitida até o 10º (décimo) dia útil subsequente ao ateste pelo setor competente pela fiscalização da contratação quanto ao recebimento definitivo do objeto, conforme subitem 5.3.2.2.

7.4 - O documento de cobrança deverá ser entregue por meio eletrônico, por meio dos **e-mails específicos de cada localidade, conforme detalhado no Quadro do subitem 8.8 e PRPE-DEOF-L@mpf.mp.br**, observando o respectivo CNPJ e Razão Social, constante **ITEM 11 - DOS DADOS PARA FATURAMENTO**. O MPF/PE não se responsabilizará pelo atraso no pagamento, quando o documento de cobrança for entregue fora do local e/ou prazo estabelecido ou quando contiver alguma inconsistência que impossibilite o pronto pagamento.

7.4.1 - A NOTA FISCAL deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos constantes da nota de empenho.

7.4.2 - No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema em até 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

7.4.3 - A CONTRATADA deverá entregar todos os materiais e/ou serviços solicitados por meio da nota de empenho, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.

7.5 - Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da contratada, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação, sendo ilícita a inclusão de qualquer atualização monetária ou incidência de juros em virtude de atraso provocado pela contratada.

7.6 - O valor correspondente será creditado em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta-corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras ou chave pix, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas na contratação. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

7.7 - Nenhum pagamento deverá ser efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação ou enquanto restar pendente qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta. Não haverá crédito à contratada, igualmente, em virtude de penalidade a esta cominada ou em caso de inadimplência contratual sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

7.8 - Caso a contratada seja optante pelo "SIMPLES NACIONAL" (Lei Complementar nº 123/2006), não serão feitas as retenções de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, ficando a contratada nesse caso obrigada a apresentar declaração, na forma do Anexo IV da citada Instrução Normativa, por meio eletrônico com a utilização de certificação digital, por meio dos **e-mails específicos de cada localidade, conforme detalhado no Quadro do subitem 8.8** e PRPE-DEOF-L@MPF.MP.BR.

7.9 - O setor de Pagamento também deverá verificar a situação do fornecedor por meio de consulta on-line no SICAF, cujo resultado será juntado aos autos.

7.10 - Fica assegurado ao contratante o direito de deduzir do pagamento devido à contratada as importâncias correspondentes a multas, faltas ou débitos a que porventura a empresa contratada tiver dado causa. Não tendo nenhum valor a receber, as importâncias deverão ser recolhidas pela contratada. Caso contrário, os dados serão encaminhados à área competente para cobrança judicial.

7.11 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

7.12 - Se o inadimplemento da obrigação for provocado pela contratada, por não cumprir as suas obrigações, o contratante ficará desobrigado de promover a atualização monetária de que trata o item anterior.

7.13 - Ao contratante fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, durante a execução do contrato, estes não estiverem em perfeitas condições, de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência.

8 - SELEÇÃO DO FORNECEDOR E ESTIMATIVA DO PREÇO

8.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE ÚNICO, respeitando os custos unitários de cada item**.

ITEM	GRUPO/LOTE ÚNICO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ADMISSÍVEL
1.	Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PR-PE (Recife), conforme projeto de referência (ANEXOS A3 e A4). LOCAL: PRPE (SEDE) Endereço à Av. Agamenon Magalhães, 1.800 - Espinheiro, Recife/PE - CEP 52021-170	UNID	01	R\$ 6.158,17
2.	Locação (outsourcing) mensal de nobreak trifásico online dupla conversão 20kVA , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 5 (cinco) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação. LOCAL: PRPE (SEDE) Endereço à Av. Agamenon Magalhães, 1.800 - Espinheiro, Recife/PE - CEP 52021-170	UNID	02	R\$ 3.375,00
3.	Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PRM-Caruaru, conforme projeto de referência (ANEXOS A3 e A4). LOCAL: PRM CARUARU Rua Professor Luis Bezerra de Vasconcelos, s/n, Bairro Universitário - Caruaru / PE - CEP: 55.014-838	UNID	01	R\$ 1.730,72
4.	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 12kVA , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 5 (cinco) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação. LOCAL: PRM CARUARU Rua Professor Luis Bezerra de Vasconcelos, s/n, Bairro Universitário - Caruaru / PE - CEP: 55.014-838	UNID	01	R\$ 2.875,00
5.	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 10kVA , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 5 (cinco) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação. LOCAL: PRM CARUARU Rua Professor Luis Bezerra de Vasconcelos, s/n, Bairro Universitário - Caruaru / PE - CEP: 55.014-838	UNID	01	R\$ 2.925,00
6.	Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreak e seu banco de baterias na PRM-	UNID	01	R\$ 4.550,80

ITEM	GRUPO/LOTE ÚNICO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ADMISSÍVEL
	Garanhuns, conforme projeto de referência (ANEXOS A3 e A4). LOCAL: PRM GARANHUNS Av. Idelfonso Lopes, 174 - Heliópolis - Garanhuns / PE - CEP: 55.296-230			
7.	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak monofásico online dupla conversão 5kVA , 220V, banco de baterias com autonomia de 20 (vinte) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação LOCAL: PRM GARANHUNS Av. Idelfonso Lopes, 174 - Heliópolis - Garanhuns / PE - CEP: 55.296-230	UNID	01	R\$ 1.575,00
8.	Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PRM-Serra Talhada, conforme projeto de referência (ANEXOS A3 e A4). LOCAL: PRM SERRA TALHADA Rua Enock de Carvalho, 160 - AAB - Serra Talhada - PE - CEP: 56.912-250	UNID	01	R\$ 5.620,15
9.	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak monofásico online dupla conversão 5kVA , 220V, banco de baterias com autonomia de 15 (quinze) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação. LOCAL: PRM SERRA TALHADA Rua Enock de Carvalho, 160 - AAB - Serra Talhada - PE - CEP: 56.912-250	UNID	01	R\$ 1.875,00
10.	Locação (outsourcing) de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 10kVA , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 15 (quinze) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação. LOCAL: PRM SERRA TALHADA Rua Enock de Carvalho, 160 - AAB - Serra Talhada - PE - CEP: 56.912-250	UNID	01	R\$ 3.075,00
11.	Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PRM-Petrolina, conforme projeto de referência (ANEXOS A3 e A4). LOCAL: PRM PETROLINA Av. Presidente Tancredo Neves, 101, Centro - Petrolina / PE - CEP: 56.304-190	UNID	01	R\$ 7.287,22
12.	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak monofásico online dupla conversão 5kVA , 220V, banco de baterias com autonomia de 15 (quinze) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação. LOCAL: PRM PETROLINA Av. Presidente Tancredo Neves, 101, Centro - Petrolina / PE - CEP: 56.304-190	UNID	01	R\$ 2.025,00
13.	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 10kVA , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 15 (quinze) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação. LOCAL: PRM PETROLINA Av. Presidente Tancredo Neves, 101, Centro - Petrolina / PE - CEP: 56.304-190	UNID	01	R\$ 3.475,00

8.2 - O VALOR GLOBAL MÁXIMO ADMISSÍVEL, para fins de oferta de lances desta licitação, totaliza **R\$ 49.922,06**, e está composto da seguinte forma: **a)** Parcela Fixa no valor total de R\$ 25.347,06 (parcela única), que corresponde ao somatório dos itens de serviço de adequação das instalações elétricas; e **b)** Parcela Mensal Estimada no valor total de R\$ 24.575,00, que corresponde ao somatório dos itens de locação de nobreaks.

8.3 - O critério de julgamento para a seleção do fornecedor será MENOR PREÇO GLOBAL, sendo o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances de **1% (um por cento)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta.

8.4 - O modo de disputa, para ser utilizado no Pregão Eletrônico, será o "aberto/fechado".

8.5 - Na proposta deverá ser apresentado os valores unitários e global da proposta em moeda corrente.

8.6 - Toda proposta apresentada será considerada com prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, salvo se da mesma constar prazo superior, que prevalecerá.

8.7 - Em caso de divergência entre a descrição do serviço indicado no sistema Compras.gov e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

8.8 - As empresas interessadas em participar **PODERÃO** vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e nível de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário junto ao(s) seguinte(s) setor(es):

UNIDADE MINISTERIAL	SETOR/SERVIDOR	TELEFONE/E-MAIL
PRPE Avenida Agamenon Magalhães, 1800, bairro Espinheiro, Recife/PE – CEP 52.021-170	Núcleo de Manutenção e Serviços Gerais (Flávio Koji Hiramine ou substituto)	(81) 2125-8958 E-mail: flaviokoji@mpf.mp.br
PRM CARUARU Rua Professor Luis Bezerra de Vasconcelos, s/n, Bairro Universitário – Caruaru / PE – CEP: 55.014-838	Coordenadoria Administrativa (Joel Ferreira de Andrade ou substituto)	(81) 2121-1500 E-mail: joelandrade@mpf.mp.br
PRM GARANHUNS/ARCOVERDE Av. Idelfonso Lopes, 174 - Heliópolis - Garanhuns / PE - CEP: 55.296-230	Coordenadoria Administrativa (Tamires Neves Soares ou substituto)	(81) 2121-1520 E-mail: tamiresneves@mpf.mp.br
PRM SERRA TALHADA Rua Enock de Carvalho, 160 - AAB - Serra Talhada - PE - CEP: 56.912-250	Coordenadoria Administrativa (Fabiano Antunes de Oliveira ou substituto)	(81) 2121-1586 E-mail: fabianoantunes@mpf.mp.br
PRM POLO PETROLINA/JUAZEIRO Av. Presidente Tancredo Neves, 101, Centro - Petrolina / PE - CEP: 56.304-190	Coordenadoria Administrativa (Francisco de Assis Freitas Sobrinho ou substituto)	(87) 2121-1540 E-mail: franciscofs@mpf.mp.br

8.8.1 - O licitante deve comprometer-se a manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em decorrência da visita.

8.8.2 - Independente da opção pela realização ou não da vistoria, o licitante deverá **apresentar declaração formal**, assinada pelo responsável técnico da licitante, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros, conforme modelo de declaração de conhecimento das condições do local constante no edital de licitação.

8.8.3 - A empresa que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta incorrerá em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.

8.9 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.9.1 - Registro ou inscrição, pertinente e atualizado, da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) junto ao respectivo Conselho de Classe competente (CREA, CAU ou CRT).

8.9.1.1 - Para os fins de contratação, caso a licitante vencedora esteja registrada ou inscrita no CREA, CAU ou CFT de unidade federativa que não seja Pernambuco, deverá providenciar o visto no respectivo Conselho de Classe no Estado de PE, conforme os dispositivos constantes da Resolução CONFEA nº. 1007/2003.

8.9.2 - Capacidade Técnico-Operacional - comprovação pelo licitante, na data prevista para a entrega da proposta, de possuir capacidade técnica operacional para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta contratação, ou seja, **Certidão de Acervo Operacional - CAO**, emitida pelo respectivo Conselho de Classe competente (CREA, CAU ou CFT), que comprove a anterior execução por parte da empresa de serviços que reúna características e quantidades similares ao objeto desta contratação, qual seja:

- **Serviço de locação de nobreak trifásico com potência mínima de 10 kVA por um prazo mínimo de 12 meses contínuos; ou**
- **Fornecimento de nobreak trifásico com potência mínima de 10 kVA conjunto com serviço de manutenção por um prazo mínimo de 12 meses contínuos.**

8.9.2.1 - Alternativamente para comprovar a capacidade Técnico-Operacional, o licitante poderá apresentar um ou mais atestado(s), expedido(s) por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, que demonstre a anterior execução por parte da empresa de serviços semelhantes ao objeto desta contratação. Os atestados deverão ser acompanhados do documento de responsabilidade técnica (ART/RRT/TRT) devidamente registrado no respectivo Conselho de Classe competente (CREA/CAU/CFT), do profissional que foi responsável pelos serviços.

8.9.3 - Capacidade Técnico-profissional - comprovação pelo licitante, na data prevista para a entrega da proposta, em possuir profissional contratado ou integrante de seu quadro permanente, devidamente habilitado pelo respectivo Conselho de Classe competente e detentor de responsabilidade técnica pela execução de obra ou serviço de características e quantidades compatíveis ao objeto desta licitação, ou seja, Certidão de Acervo Técnico do profissional - CAT, emitida pelo respectivo Conselho de Classe competente, que comprove a anterior execução de serviços, que reúna características similares, qual seja:

- **Serviço de manutenção de nobreak trifásico com potência mínima de 10 kVA por um prazo mínimo de 12 meses contínuos.**

8.9.3.1 - A comprovação do vínculo dos profissionais com o licitante dar-se-á mediante: (A) apresentação da CTPS do profissional, ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido, no caso do profissional ser funcionário do licitante; ou (B) apresentação do contrato social e/ou ata de eleição da diretoria, no caso do profissional pertencer ao quadro societário do licitante; ou (C) apresentação do contrato de prestação de serviços ou (D) declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagra vencedor do certame, quando o profissional não for integrante do quadro permanente do licitante.

8.9.3.2 - O(s) profissional(is) indicado(s) pelo licitante, para fins de comprovação de capacitação técnica, deverá(ão) ser o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução do objeto, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovado pela Administração.

8.9.4 - Declaração, assinada pelo responsável técnico da empresa, de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.10 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA

8.10.1 - Balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício do 2 (dois) últimos exercícios sociais (art. 69, I, Lei 14.133), já exigíveis e apresentados na forma da lei.

8.10.1.1 - Os balanços patrimoniais deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado.

8.10.1.2 - É vedada a substituição do Balanço Patrimonial por balancetes ou balanços provisórios.

8.10.1.3 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, devidamente registrado.

8.10.1.3.1 - Além do balanço de abertura, as empresas constituídas no exercício social vigente devem apresentar o balancete referente ao mês imediatamente anterior à data da abertura da sessão pública;

8.10.1.4 - Para efeito de verificação das datas de validade do Balanço e indicadores, será considerada a situação na data prevista para a abertura da sessão pública deste Pregão.

8.10.2 - Os documentos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira deverão comprovar que o fornecedor possui boa situação financeira, com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), mediante demonstração contábil dos dois últimos exercícios sociais da empresa, que deverão ser maiores que 01 (um), por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LIQUIDEZ GERAL} \quad \text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$\text{SOLVÊNCIA GERAL} \quad \text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE} \quad \text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.10.3 – Deverá comprovar possuir **Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro** (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, **6% (seis por cento)** do valor estimado da proposta da licitante, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais da empresa.

8.10.4 – Deverá comprovar possuir um **patrimônio líquido** igual ou superior a **10% (dez por cento)** do valor total estimado para o objeto (art. 69, §4, Lei 14.133). Tal comprovação será feita por meio da apresentação do balanço patrimonial dos dois últimos exercícios sociais da empresa, devidamente arquivado na forma da lei.

8.10.5 – Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede a pessoa jurídica há, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias da data de abertura desta contratação direta, abrangendo os processos judiciais físicos e eletrônicos, no que couber.

8.10.5.1 – Caso a licitante apresente-se em recuperação judicial, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, conforme termos do Acórdão 1201/2020 TCU.

8.10.6 – Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverão ser observados os requisitos exigidos no Edital de Licitação.

9 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - A despesa decorrente do objeto da contratação correrá à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Ministério Público Federal, constante do vigente orçamento geral da União, à conta da dotação orçamentária prevista para atender despesas da mesma natureza.

10 – DOS DADOS PARA FATURAMENTO

Procuradoria da República em Pernambuco

Av. governador Agamenon Magalhães, n.º 1800 – Espinheiro – Recife/PE – CEP: 52021-170
CNPJ/MF: 26.989.715/0021-56 - Inscrição Estadual: Isenta.

11 – ANEXOS

- ANEXO A1 - Levantamento de cargas;
- ANEXO A2 - Relatório fotográfico
- ANEXO A3 - Projeto elétrico;
- ANEXO A4 - Caderno de Especificações e Encargos.
- ANEXO A5 - Planilha de Formação de Preços
- ANEXO A6 – Cronograma de execução (editável)

ITALO YURE BRAGA ARRUDA
CHEFE DE DIVISÃO
DIEL/SUBENG/SEA



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Supervisão de Licitação e Disputa eletrônica

JOEL FERREIRA DE ANDRADE
COORDENADOR DA PRM CARUARU
SETOR DEMANDANTE/PRPE

TAMIRES NEVES SOARES
COORDENADOR DA PRM GARANHUNS
SETOR DEMANDANTE/PRPE

FABIANO ANTUNES DE OLIVEIRA
COORDENADOR DA PRM SERRA TALHADFA
SETOR DEMANDANTE/PRPE

FRANCISCO DE ASSIS FREITAS SOBRINHO
COORDENADOR DA PRM PETROLINA
SETOR DEMANDANTE/PRPE

FÁTIMA BATISTA DA COSTA SILVA
SETOR CONSULTIVO - DEA/PRPE

MACSON RODRIGUES DE SOUZA
ANALISTA MPU/PERITO ENG^a ELÉTRICA/SETOR CONSULTIVO

ANEXO B

PROCEDIMENTO Nº 1.26.000.001571/2025-66
PREGÃO ELETRÔNICO MPF/PRPE Nº 90002/2026 – OUTSOURCING NOBREAK

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE
RESOLUÇÃO CNMP n.º 37/09

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO nº 90002/2026**

XXXXX (razão social do fornecedor), CNPJ nº XX.XXX.XXX/0001-XX, sediado(a) no(a) XXXXXXXX (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXX (nome completo), portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXXXXX, declara, sob as penas da lei, que até a presente data não possui membro ou servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público da União, ou ainda seu cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, sejam sócios, gerentes ou diretores, conforme dispõe o artigo 3º da Resolução n.º 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

XXX (local), XX (dia) de XXXX (mês) de 2025

XXXX
(assinatura do representante legal)
Cargo: XXX
Carteira de identidade nº XXXX SSP/XX
CPF nº XXX.XXX.XXX-XX

ANEXO C

PROCEDIMENTO Nº 1.26.000.001571/2025-66
PREGÃO ELETRÔNICO MPF/PRPE Nº 90002/2026 – OUTSOURCING NOBREAK

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

XXXXX (razão social do fornecedor), CNPJ nº XX.XXX.XXX/0001-XX, sediado(a) no(a) XXXXXXXXX (endereço completo), declara, sob as penas da lei, de que atende aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, nos casos em que a referida instrução se aplica ao objeto do Pregão eletrônico MPF/PRPE nº 90002/2026.

XXX (local), XX (dia) de XXXX (mês) de 2025

XXXX
(assinatura do representante legal)
Cargo: XXX
Carteira de identidade nº XXXX SSP/XX
CPF nº XXX.XXX.XXX-XX

ANEXO D

PROCEDIMENTO Nº 1.26.000.001571/2025-66

PREGÃO ELETRÔNICO MPF/PRPE Nº 90002/2026 – OUTSOURCING NOBREAK

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO ESCRAVO, NÃO EXPLORAÇÃO DE TRABALHO INFANTOJUVENIL E NÃO DISCRIMINAÇÃO

XXXXX (razão social do fornecedor), CNPJ nº XX.XXX.XXX/0001-XX, sediado(a) no(a) XXXXXXXXX (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXX (nome completo), portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXXXXX, **DECLARA:**

- Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe:
 - a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e
 - os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.
- Não explorar o trabalho infantojuvenil, em atenção ao que dispõe:
 - o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988;
 - o Título III do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 (CLT);
 - os arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990 (ECA);
 - a Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990;
 - o Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.
- Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as convenções OIT 29 e 105.

XXX (local), XX (dia) de XXXX (mês) de 2025

(assinatura do representante legal)

Cargo: XXXXXXXXXXXX

Carteira de identidade nº XXXX SSP/XX /CPF nº XXX.XXX.XXX-XX

ANEXO E

PROCEDIMENTO Nº 1.26.000.001571/2025-66
PREGÃO ELETRÔNICO MPF/PRPE Nº 90002/2026 – OUTSOURCING NOBREAK

MODELO DE DECLARAÇÃO POR NÃO ULTRAPASSAR A RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA PARA ENQUADRAMENTO COMO EPP, NO EXERCÍCIO, EM CONTRATOS FIRMADOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

(NOME DA EMPRESA, CNPJ, ENDEREÇO, etc.), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA), portador do RG nº, inscrito sob CPF nº....., sob as penas da lei, para todos os fins, na qualidade de proponente na PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026, realizado pela Procuradoria da República em Pernambuco, DECLARA que, no ano-calendário de realização da presente PREGÃO ELETRÔNICO, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

XXX (local), XX (dia) de XXXX (mês) de 2025

(assinatura do representante legal)

Cargo: XXXXXXXXXXXXX

Carteira de identidade nº XXXX SSP/XX /CPF nº XXX.XXX.XXX-XX

ANEXO F

PROCEDIMENTO Nº 1.26.000.001571/2025-66
PREGÃO ELETRÔNICO MPF/PRPE Nº 90002/2026 – OUTSOURCING NOBREAK

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO LOCAL

XXXXXXXXXX (razão social do licitante), CNPJ nº XX.XXX.XXX/0001-XX, sediado(a) no(a) XXXXXXXXXXXX (endereço completo), por intermédio de seu responsável técnico, Sr.(a) XXXXXXXXXXXX, portador da Carteira Profissional do CREA/CAU Nº XXXXXXXXXXXX, declara, sob as penas da lei, para todos os fins, estar familiarizada com a natureza e vulto dos serviços técnicos especializados, bem como as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto. Declara ainda que tem pleno conhecimento das condições peculiares inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

XXX (local), XX (dia) de XXXX (mês) de 2025

(assinatura do responsável técnico)

ANEXO G

PROCEDIMENTO Nº 1.26.000.001571/2025-66

PREGÃO ELETRÔNICO MPF/PRPE Nº 90002/2026 – OUTSOURCING NOBREAK

MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE
NOBREAKS, QUE ENTRE SI FAZEM A
UNIÃO E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXX.**

A **UNIÃO**, por intermédio da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO – PRPE**, órgão do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, inscrita no CNPJ/MF nº 26.989.715/0021-56, situada na avenida governador Agamenon Magalhães, nº 1.800, bairro do Espinheiro, Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, neste ato representada pelo seu Procurador-Chefe, Exmo. Sr. Procurador da República **RODOLFO SOARES RIBEIRO LOPES**, portador da Carteira de Identidade nº *.794.*** - SDS/PE, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº *.334.***-**, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso XVII, do artigo 55, do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria nº 357, de 05.05.2015, do Exmo. Sr. Procurador-geral da República, publicada no Diário do MPF Eletrônico nº 99, de 1º de junho de 2015 e, em sequência, designada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/0001-xx, estabelecida à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nº xxx, bairro de xxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxx/XX, neste ato representada pelo Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxx-XX/XX, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, que apresentou os documentos exigidos por lei, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e nos termos da Lei nº 14.133/21, do **PREGÃO ELETRÔNICO MPF/PRPE Nº XX/2025** e do Procedimento Administrativo MPF/PRPE nº 1.26.000.001571/2025-66 este CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE NOBREAKS, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (ART. 92, I E II DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

1.1 - O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de outsourcing, instalação, locação, manutenção, suporte técnico e desinstalação de nobreaks para as unidades de 1ª instância do Ministério Público Federal (MPF) em Pernambuco, conforme especificações técnicas e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 - Objeto da contratação:

ITEM	GRUPO/LOTE ÚNICO	GRUPO	CATSERV	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO
1	LOCAL: PRPE (SEDE) Endereço à Av. Agamenon Magalhães, 1.800 - Espinheiro, Recife/PE - CEP 52021-170					
1.1	Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PR-PE (Recife), conforme projeto de referência (ANEXOS A3 e A4).	546	1538	UNID	01	
1.2	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 20kVA , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 5 (cinco) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação.	731	22233	MESES	60	
1.3	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 20kVA , 380/220V, banco de	731	22233	MESES	60	

	baterias com autonomia de 5 (cinco) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação					
2	LOCAL: PRM CARUARU Rua Professor Luis Bezerra de Vasconcelos, s/n, Bairro Universitário - Caruaru / PE - CEP: 55.014-838					
2.1	Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PRM-Caruaru, conforme projeto de referência (ANEXOS A3 e A4).	546	1538	UNID	01	
2.2	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 12kVA , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 5 (cinco) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação.	731	22233	MESES	60	
2.3	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 10kVA , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 5 (cinco) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação.	731	22233	MESES	60	
3	LOCAL: PRM GARANHUNS Av. Idelfonso Lopes, 174 - Heliópolis - Garanhuns / PE - CEP: 55.296-230					
3.1	Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreak e seu banco de baterias na PRM-Garanhuns, conforme projeto de referência (ANEXOS A3 e A4).	546	1538	UNID	01	
3.2	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak monofásico online dupla conversão 5kVA , 220V, banco de baterias com autonomia de 20 (vinte) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação.	731	22233	MESES	60	
4	LOCAL: PRM SERRA TALHADA Rua Enock de Carvalho, 160 - AAB - Serra Talhada - PE - CEP: 56.912-250					
4.1	Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PRM-Serra Talhada, conforme projeto de referência (ANEXOS A3 e A4).	546	1538	UNID	01	
4.2	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak monofásico online dupla conversão 5kVA , 220V, banco de baterias com autonomia de 15 (quinze) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação.	731	22233	MESES	60	
4.3	Locação (outsourcing) de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 10kVA , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 15 (quinze) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação.	731	22233	MESES	60	
5	LOCAL: PRM PETROLINA Av. Presidente Tancredo Neves, 101, Centro - Petrolina / PE - CEP: 56.304-190					
5.1	Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PRM-Petrolina, conforme projeto de referência (ANEXOS A3 e A4).	546	1538	UNID	01	
5.2	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak monofásico online dupla conversão 5kVA , 220V, banco de baterias com autonomia de 15 (quinze) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação.	731	22233	MESES	60	
5.3	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 10kVA , 380/220V, banco de	731	22233	MESES	60	

	baterias com autonomia de 15 (quinze) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação.					
--	--	--	--	--	--	--

1.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independente de transcrição:

- 1.3.1** - O Termo de Referência;
- 1.3.2** - O Edital da Licitação;
- 1.3.3** - A proposta da **CONTRATADA**; e
- 1.3.4** - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO (ARTS 105 A 107 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

2.1 - O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos, contados da data da assinatura eletrônica do ordenador de despesa da **CONTRATANTE**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1 - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;
- f) Não haja registro Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.2 - O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3 - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4 - Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.5 - O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO (ART. 92, IV E VII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

3.1 - Os termos em relação ao regime de execução contratual, do modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO (ART. 122 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

4.1 - As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR (ART. 92, V DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

5.1 - O valor mensal da contratação é de R\$ (.....).

5.1.1 - Caberá à **CONTRATANTE** o pagamento, em parcela única, no valor de R\$ (.....), referente aos serviços efetivamente prestados de adequação, remoção e instalação elétrica dos nobreaks e seus bancos de baterias (itens 1.1, 2.1, 3.1, 4.1 e 5.1 da tabela constante no subitem 1.2, CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO).

5.1.2 – O valor total da contratação é de R\$ (.....), contemplando todos os valores constantes no subitem 1.2 da CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

5.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO (ART. 92, V e VI DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

6.1 - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE (ART. 92, V DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

7.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/11/2025.

7.2 - Após o interregno de um ano da data do orçamento referenciado na cláusula 7.1, a **CONTRATANTE** deverá iniciar o procedimento para reajuste do valor do contrato, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, cientificando a **CONTRATADA** do início da instrução.

7.2.1 - Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.2.2 - Não iniciado o procedimento de reajuste pela **CONTRATANTE**, compete à **CONTRATADA** solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data do orçamento inicial ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a **CONTRATADA** suportar o ônus da ausência do reajuste em período equivalente a sua inércia.

7.2.3 - Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do índice definido na cláusula 7.2, poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da **CONTRATADA**, do percentual a ser reajustado.

(i) Em caso de ausência de manifestação da **CONTRATADA** sobre a negociação do reajuste, será concedido o percentual definido pela **CONTRATANTE**.

7.3 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a **CONTRATANTE** poderá pagar à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.5 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7 - O reajuste poderá ser concedido por apostilamento ou mediante termo aditivo, quando coincidente com a sua instrução e conveniente para a Administração.

7.8 - As disposições previstas nesta cláusula não impedem a negociação entre os contratantes, a qualquer tempo, a fim de se estabelecer valores mais vantajosos para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

8.1 - Além das exigências constantes neste Contrato, abaixo relacionadas, a **CONTRATANTE** ficará obrigada às exigências constantes no Termo de Referência, bem como nas demais condições e normas legais aplicáveis. São obrigações da **CONTRATANTE**:

8.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 - Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja

substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

8.1.5 - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6 - Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7 - Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8 - Não praticar atos de ingerência na administração da **CONTRATADA**, tais como:

8.1.8.1 - indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2 - fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela **CONTRATADA**;

8.1.8.3 - estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da **CONTRATADA**;

8.1.8.4 - definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5 - demandar a funcionário da **CONTRATADA** a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6 - prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da **CONTRATADA**.

8.1.9 - Cientificar a Chefia Administrativa da **CONTRATANTE** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

8.1.10 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1 - A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro feitos pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.1.12 - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.13 - Comunicar a **CONTRATADA** na hipótese de posterior alteração do projeto pela **CONTRATANTE**, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (ART. 92, XIV, XVI E XVII DA LEI Nº 14.133, DE 2021 e RESOLUÇÃO N.º37/2009-CNMP)

9.1 - A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela **CONTRATANTE**, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5 - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.6 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7 - Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8 - Paralisar, por determinação da **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.11 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.12 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.14 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da **CONTRATANTE**;

9.15 - Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16 - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17 - Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19 - Submeter previamente, por escrito, à **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20 - Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21 - Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23 - Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24 - Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25 - Manter preposto junto à **CONTRATANTE**, aceito pela respectiva Fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente na execução do contrato, sempre que for necessário;

- 9.25.1** - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26** - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da **CONTRATANTE** ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27** - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28** - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29** - Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30** - Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31** - Garantir o acesso da **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32** - Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33** - Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34** - Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a **CONTRATADA** relatar à **CONTRATANTE** toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35** - Quando couber, realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nos endereços especificados no Termo de Referência;
- 9.35.1** - O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância máxima do local demandado, especificada conforme avaliação técnica.
- 9.36** - Quando couber, realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 9.37** - Quando couber, ceder à **CONTRATANTE** todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização da **CONTRATADA**.
- 9.37.1** - Se o projeto contratado se referir a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.
- 9.38** - Relacionar-se com a **CONTRATANTE**, exclusivamente, por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;
- 9.39** - Disponibilizar uma conta e-mail para fins de comunicação entre as partes, e manter atualizados o endereço comercial e os números de telefone;
- 9.40** - Não utilizar o nome da **CONTRATANTE**, ou sua qualidade de **CONTRATADA**, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão do presente Contrato;
- 9.41** - Apresentar ficha técnica do produto, ou laudo técnico, ou certificação ou outro documento que venha a ser solicitado pela **CONTRATANTE** para comprovação do atendimento às cláusulas de sustentabilidade contidas no Termo de Referência;
- 9.42** - Não ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros e servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento do Ministério Público da União, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII E XIII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

- 10.1** - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

11.1 - As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

12.1 - O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2 - O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3 - A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4 - Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este item ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5 - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.6 - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.7 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.8 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.9 - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.9.1 – Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.9.2 – Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.9.3 – Das indenizações e multas.

12.10 - A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.11 - A **CONTRATANTE** poderá ainda:

12.11.1 - nos casos de obrigação de pagamento de multa pela **CONTRATADA**, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.11.2 - nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da **CONTRATADA** decorrentes do contrato.

12.12 - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

13.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/Unidade: 00001/200090;

II) Fonte de Recursos: XXXXXX;

III) Programa de Trabalho: XXXXXXXX;

IV) Elemento de Despesa: XXXXXXXXX;

V) Plano Interno: PI XXXXXXXX; e

VI) Nota de Empenho: XXX

13.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante juntada ao presente Termo de Contrato da Informação de Crédito Orçamentário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

14.1 - Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES (ART. 124 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

15.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 - A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

16.1 - Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO (ART. 94 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

17.1 - Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como disponibilizar este Termo de Contrato no sítio oficial do Ministério Público Federal (portal da transparência) na rede mundial de computadores (internet), em atenção ao §2º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 2011, c/c o inciso V do §3º do art. 7º do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

18.1 - O **CONTRATANTE**, atuando como controlador, e a **CONTRATADA**, atuando na condição de operadora, comprometem-se a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes, e, de forma específica para o **CONTRATANTE**, o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público.

18.2 - No tratamento de dados pessoais que forem confiados pelo **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** se obriga a:

- (a) realizar o tratamento de dados pessoais estritamente para as finalidades estabelecidas neste contrato, observando fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo **CONTRATANTE**;
- (b) adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do **CONTRATANTE** e nos instrumentos contratuais, tais como:
 - (i) mecanismos de autenticação de acesso aos registros, como sistemas de autenticação dupla para assegurar a individualização do responsável pela atividade, (ii) anonimização, pseudonimização e criptografados dados pessoais, quando aplicável, (iii) recursos que permitam a restauração da disponibilidade e do acesso aos dados pessoais de forma rápida em caso de incidente, e (iv)

- processo de verificação contínua da implementação das referidas medidas técnicas e organizacionais;
- (c) manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo, contemplando os registros de conexão e de acesso a aplicações, o arquivo acessado, o momento, a duração, o motivo, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso, consulta ou divulgação, e a identidade dos destinatários dos dados, se for o caso;
 - (d) facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente necessários e para pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados;
 - (e) permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo CONTRATANTE ou por quem por ele autorizado; ou comprovar a conformidade com a LGPD, quando requerida pelo CONTRATANTE;
 - (f) compartilhar com a CONTRATANTE qualquer requisição de titular de dados pessoais, bem como auxiliar, sempre que demandado, no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do pedido;
 - (g) comunicar, de maneira formal e imediata, ao Encarregado de Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE, com tolerância de no máximo 2 dias úteis, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções, devendo a comunicação conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) data e hora do incidente, (ii) data e hora da ciência pela CONTRATADA, (iii) relação dos tipos de dados pessoais afetados pelo incidente, (iv) quantidade de usuários afetados (volumetria do incidente) e, se possível, a relação desses indivíduos, (v) dados de contato do Encarregado da CONTRATADA ou, não havendo Encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido, (vi) descrição das possíveis consequências do incidente, e (vii) medidas que estão sendo tomadas para a mitigação dos riscos ou a reversão dos efeitos;
 - (h) informar os motivos da demora, no caso de a comunicação referente ao item anterior não ter sido imediata;
 - (i) anonimizar ou devolver para o CONTRATANTE todos os dados pessoais que lhe foram confiados e descartar, de forma irrecuperável, as cópias, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual, a não ser que a conservação dos dados seja decorrente de uma obrigação legal;
 - (j) não transferir ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em razão da presente relação contratual, sem prévia autorização do CONTRATANTE, assumindo todos os ônus decorrentes de qualquer compartilhamento que venha a realizar;
 - (k) caso autorizada a subcontratação, impor ao subcontratado as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados presentes nesse instrumento contratual;
 - (l) não realizar transferência internacional de dados pessoais sem prévia autorização do CONTRATANTE; e
 - (m) registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais, indicando o país ou organização de destino e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações das autoridades competentes.

18.3 - O CONTRATANTE pode requisitar, a qualquer tempo, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.

18.4 - A CONTRATADA é obrigada a reparar os danos causados ao CONTRATANTE e aos titulares de dados pessoais em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais em violação da legislação de proteção de dados pessoais ou deste contrato, seja diretamente ou por meio de seus empregados, representantes ou terceiros contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO (ART. 92, §1º DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

19.1 - É eleito o Foro da Justiça Federal em Pernambuco, Seção Judiciária de Recife, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme §1º do art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2 - E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato, firmado pelas partes e as testemunhas abaixo, por meio de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF.

Recife (PE), xx de xxxxxxxxxx de 2025.



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Supervisão de Licitação e Disputa eletrônica

(Data de edição do documento)

(Assinado eletronicamente)

RODOLFO SOARES RIBEIRO LOPES

Procurador da República

Procurador-Chefe

Procuradoria da República em Pernambuco

(Assinado eletronicamente)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunhas:

(Assinado eletronicamente)

Izahilton Mendes Guia Júnior

CPF: ***.374.***-**

(Assinado eletronicamente)

Alinne Cristiane Aniceto Medeiros

CPF: ***.700.***-**

Orientações para assinatura eletrônica

- 1 - Acessar o link : <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>
- 2 - Preencher "LOGIN e SENHA"
- 3 - Acessar "ASSINAR DOCUMENTOS"
- 4 - Conferir e assinar o documento**